



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SAIONARA SOLANGE FRANTZ

AS DISCUSSÕES EM TORNO DA SOJICULTURA COMO PARTE DO PROCESSO
DA GRANDE ACELERAÇÃO NA REGIÃO DE CHAPECÓ, OESTE DE SANTA
CATARINA (1960-1980)

CHAPECÓ, DEZEMBRO DE 2022

SAIONARA SOLANGE FRANTZ

**AS DISCUSSÕES EM TORNO DA SOJICULTURA COMO PARTE DO PROCESSO
DA GRANDE ACELERAÇÃO NA REGIÃO DE CHAPECÓ, OESTE DE SANTA
CATARINA (1960-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS,
como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em
História

Orientadora: Prof. Dra. Mirian Carbonera

Coorientadora: Prof. Dra. Samira Moretto

Linha 1: História do povoamento, da agricultura e do meio
ambiente.

**CHAPECÓ
2022**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Frantz, Saionara Solange
AS DISCUSSÕES EM TORNO DA SOJICULTURA COMO PARTE DO
PROCESSO DA GRANDE ACELERAÇÃO NA REGIÃO DE CHAPECÓ,
OESTE DE SANTA CATARINA (1960-1980) / Saionara Solange
Frantz. -- 2022.
86 f.

Orientadora: Dra Mirian Carbonera
Co-orientadora: Dra Samira Moretto
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2022.

1. Sojicultura.. 2. Grande Aceleração.. 3. História
ambiental.. 4. Imprensa.. I. Carbonera, Mirian, orient.
II. Moretto, Samira, co-orient. III. Universidade
Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SAIONARA SOLANGE FRANTZ

AS DISCUSSÕES EM TORNO DA SOJICULTURA COMO PARTE DO PROCESSO
DA GRANDE ACELERAÇÃO NO OESTE DE SANTA CATARINA (1960-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em História, defendido em banca examinadora em 20/12/2022.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 20/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Mirian Carbonera

Prof.ª Dr.ª Mirian Carbonera- UNOCHAPECO
Orientadora

Prof.ª Dr.ª Samira Moretto- PPGH/UFFS
Coorientadora

 Documento assinado digitalmente
JO KLANOVICZ
Data: 02/01/2023 14:06:04-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Jó Klanovicz- UNICENTRO
Avaliador

 Documento assinado digitalmente
MARLON BRANDT
Data: 02/01/2023 11:52:58-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Marlon Brandt - PPGH/UFFS
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Pensar na realização de mais esse sonho (a dissertação), é pensar também em todas as pessoas que direta ou indiretamente auxiliaram na realização dessa pesquisa e que dividiram comigo o sonho e a possibilidade de estar finalizando uma pesquisa em nível de mestrado. Sendo assim, inicialmente agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul, por ter me possibilitado isso. Conjuntamente, de forma muito especial, quero agradecer a minha orientadora Dra Mirian Carbonera, que vem me acompanhando antes mesmo de ingressar no mestrado. Agradeço por todas as orientações, compartilhamentos, por construir comigo esse trabalho e principalmente, por ser minha inspiração profissional.

À minha coorientadora, Samira Peruchi Moretto. E em seu nome, agradeço todos os professores e professoras do Programa de Pós-graduação em História da UFFS.

Aos meus colegas e amigos do mestrado Diego Meotti; Leticia Solivo e Carlos Eduardo Cardoso. Estamos juntos desde a graduação e essa etapa se tornou mais leve com vocês. Poder dividir os sentimentos de frustração, as dúvidas, os medos, as crises de ansiedade, foi fundamental para seguirmos juntos. Valeu a pena as longas conversas e visitas ao arquivo.

Agradeço também aos membros da banca Dr Jó Klanovicz, Dr Marlon Brandt e a Dra Arlene Anelia Renk, por aceitarem o convite e pelas considerações feitas ao trabalho.

Aos funcionários do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina-CEOM/UNOCHAPECÓ que realizam diariamente o trabalho de salvaguarda dos documentos históricos e me auxiliaram no levantamento das fontes, disponibilizando os jornais utilizados na pesquisa. Em especial agradeço ao Ademir Miguel Salini; Adrieli Rodrigo ao André Onghero e a Aline Bertoncello, pela disponibilidade.

À minha família pelo apoio e incentivo, de forma muito especial ao meu pai Mario Roque Frantz, aos meus irmãos Maro, Maiara, Mauri. Ao meu cunhado e minhas cunhadas. Sem vocês nada disso seria possível.

À Viviane Müller pela amizade que construímos, por dividir comigo durante esses dois anos, as angústias e alegrias do mestrado.

As minhas amigas Cleide Henkel e Paula Bienert.

Aos amigos e ex-colegas da biblioteca da UNOCHAPECÓ. Aqueles que me ouviram e sempre tinham as palavras certas nos momentos mais difíceis. Obrigada pelos ótimos momentos vividos e por estarem comigo nesse ano complicado.

De forma muito especial aos meus amigos que estão desde a minha infância na minha vida e, estes que por vezes me fizeram sair da rotina cansativa da escrita. As amizades novas

que realizei em Chapecó e na UFFS. A minha amiga Thais e ao meu amigo Jhonathan, meus compadres do coração. Ao meu amigo mais que especial, James. A Victória, com quem além de dividir a moradia, dividi também frustrações da vida pessoal.

Ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina-UNIEDU pela concessão da bolsa no último ano da pesquisa.

Em memória de minha mãe Sinaide Staudt Frantz, minha fonte de amor infinita.

Enfim, durante essa caminhada de desenvolvimento da pesquisa, conheci e tive o privilégio de ter o apoio de diversas pessoas. Sendo as com quem compartilhei minhas frustrações por maior tempo ou as que nos encontros do dia a dia corrido, em uma troca rápida de palavras, sempre souberam me fortalecer. É por vocês e graças a vocês que foi possível concretizar essa pesquisa, serei imensamente grata.

... Que tem junto ao mar, palmeirais,
nos sertões, seringais
no Sul, verdes pinheirais...
(Onde o céu azul é mais azul.
João de Barro.)

RESUMO

O aumento da produção da soja no oeste catarinense, a partir de 1960, coincide com a Grande Aceleração. Nas décadas anteriores, predominava o plantio do milho e do trigo. A partir da década de 1960, não ocorreu somente a introdução e aumento da produção da soja, mas nota-se a inserção de maquinários mais modernos, de insumos, a produção em direção ao monocultivo e a progressiva substituição da agricultura familiar. Como consequência, houve um forte impacto no ambiente. Entender o processo de cultivo dessa leguminosa permite analisar também a mecanização do campo, o uso mais intenso da terra e a forte presença de químicos, elementos que marcam a Grande Aceleração também em nível global. Nesse contexto, o objetivo principal desta pesquisa foi compreender a introdução da sojicultura no oeste catarinense entre as décadas 1960 e 1980, visando perceber o debate em torno do tema e quais as principais modificações decorrentes desse processo. Optamos por construir essa reflexão com base na história ambiental que tem como premissa analisar as relações entre os seres humanos e o ambiente, considerando que estes fazem parte do meio e que suas ações interagem e interferem no ambiente. Desta forma, suas consequências são ecológicas, e seus feitos passados não podem ser ignorados. Para tanto, foi utilizado como principal fonte os jornais do acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina–CEOM/Unochapecó. Foram analisadas 39 notícias, entre 1969 e 1980, e todas as matérias selecionadas tinham no título a palavra soja e estavam publicadas nos periódicos Diário da Manhã, Extremo Oeste, Correio Sul e Folha d'Oeste Rural. Ao analisar as discussões apresentadas na imprensa, foi possível perceber que a soja foi introduzida como parte de um projeto de desenvolvimento que englobava o fornecimento de crédito, de insumos e de locais de armazenamento. Inicialmente, a soja produzida era utilizada como um ingrediente para ração de trato animal, já que o setor da indústria frigorífica se encontrava em crescimento na região, ganhando espaço pelo seu alto valor comercial. Tanto a monocultura como a presença da soja foram responsáveis pelas alterações da paisagem da região estudada.

Palavras-chave: Sojicultura; Grande Aceleração; História ambiental; Imprensa.

ABSTRACT

The increase of soybean production on the west of Santa Catarina, has started from 1960, during the Great Acceleration. In the past decades, the planting of corn and wheat were the predominant ones. It wasn't only the introduction and increase of soybean production that happened in the 60s, there was also an introduction of more modern input machines, the production moving forward to monoculture and the progressive replacing of family farming, which had as a consequence a strong environmental impact. To comprehend the cultivation process of that leguminous allows, as well, the analysis of field mechanization, the more intense use of the land and the strong presence of chemicals, those elements have also marked the Great Acceleration in a global level. In this context, the main objective of this research is to comprehend the introduction of soya culture practice in the west of Santa Catarina, between the 60s and the 80s, aiming to understand the debate around this subject and which are the main modification that happened due to this process. We opted to build this reflection based on the Environmental History which has the assumption to analyse the relationship between human beings and the environment, taking in consideration that the human beings are part of this environment and their actions interact and interfere with it, therefore their consequences are ecological and can't be ignored. Thus, the newspapers collection from Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM/Unochapecó were utilized as major source for this project. A total of 39 articles were analysed in this process, including articles published between 1969 and 1980, all the selected articles had the word soybean in the title and were published by the following periodicals: Diário da Manhã, Extremo Oeste, Correio Sul e Folha d' Oeste Rural. While analysing the discussions pointed out by the press, it was possible to conclude that the soybean was introduced as part of a development project which englobed credit supplies, input, and storage locations. Initially, the soybean that was produced was utilized as ingredient for animal feeds, since the refrigeration industry sector were increasing in the region, gaining space by its high value commercial. Both, monoculture and the presence of soybean were responsible by the landscape change in the studied region.

Keywords: Soybean farming; Great Acceleration; Environmental history; Press.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Mapa dos Municípios de Chapecó e Cruzeiro, na década de 1930..... | 09 |
| Figura 2 - Distribuição geográfica das regiões fitoecológicas em Santa Catarina..... | 17 |
| Figura 3 - Mapa com os tipos de solo do estado de Santa Catarina..... | 20 |
| Figura 4 - Vista de cultivo de milho na região de Campo Erê, oeste catarinense na década de 1960..... | 22 |
| Figura 5 - A) Vista de uma paisagem com relevo acidentado; em primeiro plano, plantio de milho onde se notam os troncos queimados. B) Em primeiro plano, troncos caídos com área de cultivo, e ao fundo nota-se ainda a mata nativa..... | 26 |
| Figura 6 - Início da colheita de soja em Campo Erê, década de 1970..... | 45 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Relação de notícias dos jornais que abordam a temática soja de 1968 a 1980.... | 56 |
| Quadro 2 - Total de matérias analisadas..... | 58 |
| Quadro 3 - Área colhida por tipo de produto – Santa Catarina (mil hectares) | 58 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2 A REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: ASPECTOS AMBIENTAIS, COLONIZAÇÃO, ECONOMIA E INTRODUÇÃO DA SOJICULTURA | 16 |
| 2.1 ASPECTOS AMBIENTAIS E OS IMPACTOS NA PAISAGEM COM OS PROCESSOS AGRÍCOLAS..... | 16 |
| 2.2 COLONIZAÇÃO REGIONAL E AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS | 23 |
| 2.3 ASPECTOS ECONÔMICOS E A INTRODUÇÃO DA SOJICULTURA..... | 28 |
| 3 A SOJICULTURA E A GRANDE ACELERAÇÃO CHEGAM NO OESTE CATARINENSE: MODERNIZAÇÃO E MONOCULTURA..... | 36 |
| 3.1 A GRANDE ACELERAÇÃO NA LITERATURA | 36 |
| 3.2 AS MODIFICAÇÕES AMBIENTAIS COMO REFLEXO DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO | 43 |
| 4 SOJICULTURA NO OESTE CATARINENSE DE 1960 ATÉ 1980..... | 49 |
| 4.1 OS INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS PARA O CULTIVO DA SOJA..... | 49 |
| 4.2 A SOJICULTURA NA IMPRENSA ESCRITA: UMA ANÁLISE DE 1960 ATÉ 1980 | 54 |
| 4.3 A SOJICULTURA NOS JORNAIS DIÁRIO DA MANHÃ, EXTREMO OESTE, CORREIO DO SUL E FOLHA DO OESTE RURAL | 57 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 71 |
| REFERÊNCIAS..... | 74 |

1 INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa é descrever o processo de introdução e de produção da sojicultura na região de Chapecó, no oeste catarinense, por meio da imprensa escrita no período de 1960 a 1980, coincidindo com o que autores como Mcneil e Engelke (2014) denominam como Grande Aceleração. Pádua (2015, p. 71) define Grande Aceleração como a fase com enorme expansão quantitativa da produção e do consumo. Seria uma fase no Antropoceno, que começa por volta de 1945 no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, momento no qual as atividades antrópicas afetam de forma significativa o planeta Terra.

Na região de Chapecó, até a década de 1970, tem-se o predomínio do plantio do milho e do trigo. A partir da década de 1970, ocorre a intensificação do cultivo da soja e, com isso, a introdução de maquinários mais modernos e insumos, alterando aos poucos os modos de cultivar.

Durante o trabalho de conclusão de curso realizado na graduação, foram analisadas as estratégias de adesão ao cultivo da soja por meio do *Jornal da Produção*.¹ Por meio dos dados levantados, verificou-se que eram publicadas reportagens sobre a produção de soja e como esta era mais rentável e lucrativa, se comparada às culturas que eram desenvolvidas anteriormente, como milho e trigo. O *Jornal da Produção* realizava uma representação da leguminosa procurando ressaltar suas qualidades e sua rentabilidade. Nesse sentido, demonstrou-se que, além da adesão e de a produção de soja ser adequada para a modernização da agricultura, essa produção traria mais lucros e, conseqüentemente, uma melhora na qualidade de vida dos agricultores.

Com esta pesquisa, pretende-se dar continuidade e aprofundar as questões que tangem a inserção da sojicultura no oeste catarinense, fazendo um levantamento de reportagens da imprensa escrita para analisar quais eram os interesses no processo de inserção da soja. A questão de pesquisa é perceber quais as principais modificações ambientais decorrentes da intensificação desse cultivo.

O objetivo da dissertação foi investigar por meio da imprensa escrita o processo de introdução e a produção da sojicultura no oeste de Santa Catarina entre as décadas de 1960 e

¹ O *Jornal da Produção* começou a circular em 1973, editado pela OCESC (Organização das Cooperativas de Santa Catarina) e com apoio da Associação de Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Aeasc) e da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc). Sua sede estava localizada em Florianópolis-SC, e circulou entre 1973 a 1980 em todo o estado, com edições mensais que visavam a extensão rural. Visava informar sobre os fatos mais importantes da agropecuária catarinense, por isso, suas edições circulavam em cooperativas, sindicatos, prefeituras, agências de bancos, técnicos ligados à extensão rural, à pesquisa, secretarias de agricultura, ministério da agricultura, empresas e universidades.

1980. A partir disso, pretende-se contextualizar a região de abrangência do estudo em termos de ocupação do espaço, procurando evidenciar os principais cultivos até a década de 1960 e como ocorreu a introdução da soja, analisar como a imprensa escrita fez esse registro e perceber o processo da Grande Aceleração e as principais modificações na paisagem a partir da introdução da soja.

Para efeitos desta pesquisa, consideramos a área representada no mapa da Figura 1, destacando a região oeste catarinense como o território fixado a partir dos acordos de 25 de agosto de 1917, o qual, estabelecia o território estendendo-se do rio Irani até o Peperi-Guaçu na fronteira com a Argentina, denominado, até 1940 como Velho Chapecó. Este território, possuía uma extensão de mais de 14 mil quilômetros quadrados, delimitado pelos rios Uruguai e Peperi-Guaçu e pela linha de limites com o Estado do Paraná e com o Município de Cruzeiro (CARBONERA et al., 2017, p. 11).

Figura 1 – Mapa dos municípios de Chapecó e Cruzeiro, na década de 1930



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó. Fundo Empresarial Bertaso.

O oeste catarinense, em termos de formação florística, integra o bioma da Mata Atlântica,² onde são observadas as regiões fitoecológicas da Floresta Estacional Decidual, às margens do rio Uruguai, e da Floresta Ombrófila Mista, nas áreas mais altas e com menor

² O bioma Mata Atlântica se distribui ao longo da costa brasileira, abrangendo relevos, climas e composição de espécies diversificadas (SEVEGNANI, 2013, p. 38).

proporção de áreas de campo (SEVEGNANI; LAPS; SCHROEDER, 2013). Em termos de ocupação humana, era habitada inicial e majoritariamente por populações indígenas e com a migração dentro de um processo de irradiação das fazendas das áreas de campos a partir da segunda metade do século XIX, temos os caboclos. Só na primeira metade do século XX chegam os colonizadores europeus ou seus descendentes (RADIN; VICENZI, 2017; RENK, 2006).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizados como principal fonte os jornais do acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina– CEOM/Unochapecó. Os periódicos analisados correspondem ao período de 1960 a 1980. Dentre estes, podemos destacar Diário da Manhã, Extremo Oeste, Correio Sul, e Folha d’Oeste Rural. Em um levantamento preliminar, foram identificadas 39 (trinta e nove) notícias entre 1969 e 1980 que abordam em seu título a palavra “soja”. Também, é importante destacar que, ao analisar os jornais, verificou-se uma descontinuidade temporal. Entre as notícias selecionadas, será realizada uma análise minuciosa de cada uma, que nos possibilite responder ao problema de pesquisa: a partir da introdução da sojicultura, quais as principais modificações ambientais decorrentes da intensificação desse cultivo?

Até a década de 1970, era relativamente pequeno o número de trabalhos que utilizavam periódicos na pesquisa histórica. De acordo com Luca (2005, p. 118), é na década de 1970 que o estatuto da imprensa sofre um deslocamento fundamental, “ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto de pesquisa histórica”. Essa mudança está interligada com o movimento dos *Annales*, que ocorreu na primeira metade do século XX. O movimento surge a partir de um periódico, *Annales d'histoire économique et sociale*, publicado na França e que teve como principais protagonistas Marc Bloch (1886- 1944) e Lucien Febvre (1878-1956). A revista “seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história” (BURKE, 2010, p. 36). Com o objetivo de opor-se à historiografia tradicional como um todo, esse movimento também é conhecido como Nova História, que buscou, entre outras coisas, atender ao papel social dos indivíduos, e não somente dos grandes homens, além de abranger as fronteiras dos historiadores, ligando a história a outras grandes áreas, como Geografia, Psicologia, Economia e Ciências Sociais, ou seja, uma abordagem interdisciplinar. Segundo Reis:

Essa influência das ciências sociais fez com que a história rompesse com uma longa tradição e se renovasse completamente. Renovar-se completamente não significa

negar tudo o que se fazia antes, mas submeter o que se fazia antes a um novo olhar, a novos problemas, a novos instrumentos, a novos fins (REIS, 2000, p. 66).

A partir do século XX, ocorre também, conjuntamente com a nova perspectiva historiográfica, uma reformulação quanto às fontes documentais. Se antes a história era baseada somente em documentos oficiais das grandes nações e escrita a partir dessa única perspectiva, agora as fontes buscam uma problemática e articulam meios para resolver o problema. Com essa perspectiva, a noção de fonte é ampliada não somente para os documentos, mas também para entrevistas orais, registros materiais, fotografia... Em suma, todo registro que possibilite a formulação de um problema e que por meio de outros documentos seja possível articular possíveis respostas é considerado uma fonte (REIS, 2000, p. 74-75).

Ao analisarmos o jornal como fonte, levamos em consideração por quem, para quem e de onde está sendo produzido. Para isso, utilizamos teórico-metodologicamente a análise de conteúdo. Bardin (2009, p. 11) define a análise de conteúdo como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos. Enquanto uma interpretação, poderá figurar entre dois polos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. O investigador, no esforço da interpretação, precisa ter a paciência de descobrir o que está escondido entre determinada mensagem.

Pensando na problemática desta pesquisa, pode-se questionar por que eram realizados investimentos e incentivos para aumentar a produção de soja. Quais eram os agentes responsáveis? Nesse sentido, não se pode analisar um fato isolado, mas sim o contexto social, político e econômico onde está inserido. A imprensa exerce influência na construção de políticas de comunicação, de certa forma, levando em conta interesses locais estabelecidos por articuladores, editores, proprietários e o público leitor. O jornalismo encontra-se vinculado ao ponto de encontro ou desencontro dos interesses do estado, das manipulações políticas e da luta pelo poder (AGUIAR, 2010). Nesse sentido, ao utilizar os jornais como fonte histórica, precisa-se levar em conta os questionamentos apresentados anteriormente.

A história ambiental é a perspectiva historiográfica que orienta esta pesquisa, devido ao fato de uma de suas características metodológicas e analíticas ser a grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente (DRUMMOND, 1991). Assim, podem ser usadas fontes da história econômica e social, censos populacionais, inventários de recursos naturais, imprensa, documentos, atas, relatos, enfim, uma variedade de fontes que nos ajudam no estudo da sociedade e do seu ambiente. Vale ressaltar que é nos anos 1960 e 1970, com os movimentos populares, juntamente com a crise dos recursos naturais

como petróleo, que o interesse da historiografia pelo ambiente ganha força. A discussão historiográfica acompanhou o movimento das demais ciências, que passam a questionar a questão dos recursos ambientais como recursos finitos. É nesse período que aflora a história ambiental (WORSTER, 1991).

A partir da década de 1950, ocorrem transformações ambientais significativas devido ao aumento populacional, uso mais intenso dos recursos ambientais e forte impacto da ação humana no ambiente do planeta, a chamada Grande Aceleração. McNeill e Engelke (2016, p. 4) definem como Grande Aceleração o aumento no número de veículos automotores, o aumento no número de pessoas, o aumento na produção de plástico e as quantidades de nitrogênio sintetizadas principalmente para fertilizantes. Quando pensamos no homem como modificação, pensamos no Antropoceno.³ Segundo Paulo Artaxo (2014, p. 15) “desde os anos 80 [do século passado], alguns pesquisadores começam a definir o termo Antropoceno como uma época em que os efeitos da humanidade estariam afetando globalmente nosso planeta.”

O período abordado nesta pesquisa é delimitado para analisar como a soja integra um conjunto de elementos que permite pensar em nível mundial a ação humana sobre o planeta. Com a modernização de atividades agropecuárias e o início da Revolução Industrial, notamos, em nível global, um uso mais intenso dos recursos naturais do planeta e um aumento significativo na população humana. O crescimento da população humana exerceu pressão sobre os recursos naturais do planeta, assim como a necessidade de fornecer alimentos, água, energia e, mais recentemente, bens de consumo em geral está transformando a face da Terra (ARTAXO, 2014, p. 15.) Nota-se que, a partir de 1970, inseridos nesse contexto, surgem movimentos sociais e ambientais que questionarão o modelo de exploração dos recursos naturais, além dos impactos do homem sobre o ambiente. Publicado em 1962, o livro *Primavera silenciosa*, de Rachel Carson, é um marco do Novo Ambientalismo⁴ por abordar o uso desenfreado de pesticidas nos Estados Unidos da América. Carson defende a sobrevivência dos

³ Uma definição de Antropoceno apresentada por Pádua (2015, p. 71) é uma concepção difundida desde o início deste século por Paul Crutzen, que definiu o Antropoceno como uma “nova época Geológica”, onde a espécie humana vive de uma apropriação grande dos fluxos naturais de matéria e energia existentes no planeta e passa a ser um agente geológico global. Para o autor, esse impacto vai ocorrer no “Sistema Terra” como um todo, ainda mais na atmosfera, na biosfera, no ciclo das águas e em alguns ciclos biogeoquímicos.

⁴ O Novo Ambientalismo tem início na segunda metade do século XX, entre 1962 e 1972, com as detonações nucleares, a publicação do livro de Rachel Carson, o impacto de diferentes desastres ambientais e a influência de outros movimentos sociais que foram motivos para uma retomada do Ambientalismo (MCCORMIK, 1992). As conferências sobre a crise global e como o ambiente estava sendo impactado pela ação humana faziam crescer em vários países o número de cidadãos preocupados com a preservação ambiental. A própria história ambiental é fruto desse tempo e dos movimentos ambientalistas; nasceu em um período de reavaliação e reforma cultural em escala mundial (WORSTER, 1991, p. 199).

seres humanos, a conservação e preservação da natureza e do direito à qualidade de vida e saúde e, ainda, que essas substâncias jamais deveriam ser disseminadas nas planícies frutíferas sem conhecimento adequado do seu impacto sobre o meio ambiente e a saúde humana (CARSON, 2010, p. 253).

É importante destacar que, muito antes de se pensar em um movimento ambiental delineado, as preocupações com o ambiente são anteriores à década de 1970. Não houve um começo claro. Nem começou em um país para depois espalhar-se para outro. Emergiu em lugares diferentes, tempos diferentes e, geralmente, por motivos diferentes (MCCORMIK, 1992, p. 21). Para o autor, por mais que estivessem sendo realizadas alertas para o uso desenfreado dos recursos ambientais, o sentimento de preocupação e interesse pela causa foi pouco até anos depois da Revolução Industrial. “A mudança mais ampla nas atitudes humanas começou com a era das descobertas científicas, quando os sinais de deterioração se tornaram evidentes para mais pessoas, e não apenas para uns poucos observadores perspicazes da condição da natureza” (MCCORMIK, 1992, p. 16).

De acordo com McCormik (1992), o ambientalismo foi capaz de ultrapassar divisões religiosas, nacionais e políticas para, na segunda metade do século XIX, difundir-se em quase todos os países da Terra. Como resultado disso, foram criados órgãos de legislação e novos partidos políticos, encorajando uma reavaliação das prioridades econômicas, tornando-se debate de políticas internas e relações internacionais. Acima de tudo, deu início a debates que refletissem e/ou mudassem as percepções do mundo no qual vivemos (MCCORMIK, 1992, p.16).

Na região oeste de Santa Catarina, as mudanças que impactaram de forma intensa o ambiente, podem ser percebidas a partir do processo colonizatório empreendido na primeira metade do século XX por meio de diferentes práticas de interação e exploração, que trouxe em poucas décadas consequências graves, como desmatamento, redução da fauna, enfraquecimento do solo, introdução de agrotóxicos e fertilizantes, contaminação dos rios, entre outros (SALINI; CARBONERA, 2017; SALINI, CARVALHO; CARBONERA, 2020). A colonização foi mediada pelo Estado por meio da concessão de terras às companhias colonizadoras, que se responsabilizaram pela venda. Na visão do estado, o espaço que era ocupado por indígenas e caboclos não correspondia aos moldes de desenvolvimento adequados (RADIN; VICENCI, 2017, p. 71).

Com o estabelecimento desses colonos, além de aderirem a práticas já adotadas pelos indígenas e caboclos, trouxeram uma concepção de comércio. Nesse sentido, a erva-mate, por exemplo, que era produzida pelos caboclos de forma rudimentar em meio à floresta, passa a

ser atrativa para os novos habitantes (GERHARDT, 2013, p. 68). Os caboclos ficaram à margem do processo à medida que aos migrantes caberia a prática da comercialização e da indústria. Aos caboclos foi reservado o espaço da extração (RENK, 2006, p. 14).

As atividades ligadas à exploração madeireira e à agricultura que foram adotadas pelos migrantes também afetaram fortemente as florestas, tornando-as praticamente escassas. Quando chegaram os primeiros colonos na região, havia o predomínio da mata, porém, conforme avança o processo de colonização, sistematicamente ocorre a alteração da mata natural pela plantação agrícola (SALINI, 2018, p. 49). A produção agrícola era um meio de alcançar o desenvolvimento almejado para a região.

A agricultura marca um papel fundamental no desenvolvimento não somente do oeste catarinense, mas também do país. Por isso, além da vinda dos novos habitantes, considerados pelo estado como civilizados e trabalhadores, foi necessário por parte das autoridades, posteriormente, investimentos em mecanização e incentivos à agricultura. Também foi realizado um trabalho de convencimento para que estes mudassem seus hábitos de cultivar e produzir (SILVA, 2001, p. 73). De acordo com Silva (2015), uma das alternativas de convencimento para com os agricultores era destacando a região como celeiro e o campo como espaço privilegiado para o desenvolvimento. Entre as práticas, eram realizadas conversas e demonstrações, as quais buscavam convencer o agricultor a partir de lavouras demonstrativas. Era um trabalho conjunto, entre organizações agrícolas, governos e interessados no desenvolvimento que trabalhavam com o auxílio da imprensa, da rádio e de filmes (SILVA, 2015, p. 90).

Klanovicz e Mores (2014), por exemplo, estudaram como a imprensa e outros órgãos que tinham grande alcance entre a população rural interferiram na divulgação de práticas “modernizadoras do mundo natural” na região do Paraná desde 1940. Contudo, é a partir de 1964 que a definição de um agricultor modernizado se acelera. Nesse sentido, para os autores, a imprensa ocupou papel importante à medida que difundiu ideias sobre tecnologias agrícolas e práticas que culminaram na modificação da paisagem, no maior controle da natureza e no aumento da produtividade.

Sendo assim, para responder à problemática e aos objetivos desta pesquisa, dividimos o estudo em três capítulos. Dada a importância e visando entender melhor o papel da imprensa na disseminação da sojicultura no oeste catarinense, discutiremos melhor a temática no Capítulo 3. Sendo assim, destacamos a importância dos trabalhos citados para inicialmente compreender o processo de colonização e como, a partir disso, foi estabelecida uma base agrícola no oeste catarinense.

No primeiro capítulo, será contextualizada a área de abrangência do estudo, o oeste catarinense, especialmente no que tange os aspectos ambientais, de ocupação do espaço, economia, até a introdução da sojicultura. Um dos objetivos do capítulo é caracterizar a região ambientalmente antes do processo de ocupação sistemática ocorrido a partir da primeira metade do século XX. Para isso, são trazidos aspectos ambientais e como as populações que ocupavam esses espaços antes da chegada de europeus ou seus descendentes interagiam com esse meio ambiente. Além disso, foram analisados os aspectos ambientais alterados a partir da colonização, sobretudo com a introdução de novas práticas agrícolas, e também como essas práticas foram se alterando com o passar dos anos.

No segundo capítulo, discute-se como a Grande Aceleração pode ser percebida no oeste catarinense por meio da introdução da sojicultura, da modernização e da monocultura. A partir da década de 1950, com o crescimento da população e o uso mais intenso dos recursos naturais, passa a ser perceptível o forte impacto da ação humana no ambiente e sua consequente degradação.

Por fim, no terceiro capítulo, buscamos analisar a soja no oeste de Santa Catarina, os incentivos governamentais para o cultivo e como esse processo foi noticiado nos jornais Diário da Manhã, Extremo Oeste, Correio Sul e Folha d'Oeste Rural, dando destaque às mudanças que esse novo cultivo trouxe para a região, já que todo o processo de inserção da sojicultura na região estudada perpassa pelo uso mais intenso dos recursos naturais. A partir de 1940, foram feitos investimentos, como a abertura de estradas, aquisição de locais de armazenamento, incentivos à produção com fornecimento de crédito, entre outros fatores. Esses incentivos proporcionaram a produção não somente para o consumo, mas também de excedente para a venda. Entre os produtos elencados para produção com excedentes estava a soja. A partir dos investimentos que se intensificam no período pós-Segunda Guerra Mundial, a agricultura passará a atender as necessidades que o mercado propõe. Nesse capítulo, temos como objetivo compreender o papel dos jornais em todo esse processo, principalmente como responsáveis na propagação de políticas.

2 A REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: ASPECTOS AMBIENTAIS, COLONIZAÇÃO, ECONOMIA E INTRODUÇÃO DA SOJICULTURA

Para compreender o processo de introdução da sojicultura na região oeste de Santa Catarina, precisamos analisar aspectos importantes que possibilitaram a entrada desse cultivo. Neste capítulo, buscamos trazer uma breve contextualização dos aspectos ambientais, da colonização e da economia. Com a chegada dos colonizadores europeus e seus descendentes na primeira parte do século XX, ocorreu uma ruptura tanto nas formas de ocupação do espaço quanto no modo de vida da população que ocupava a região.

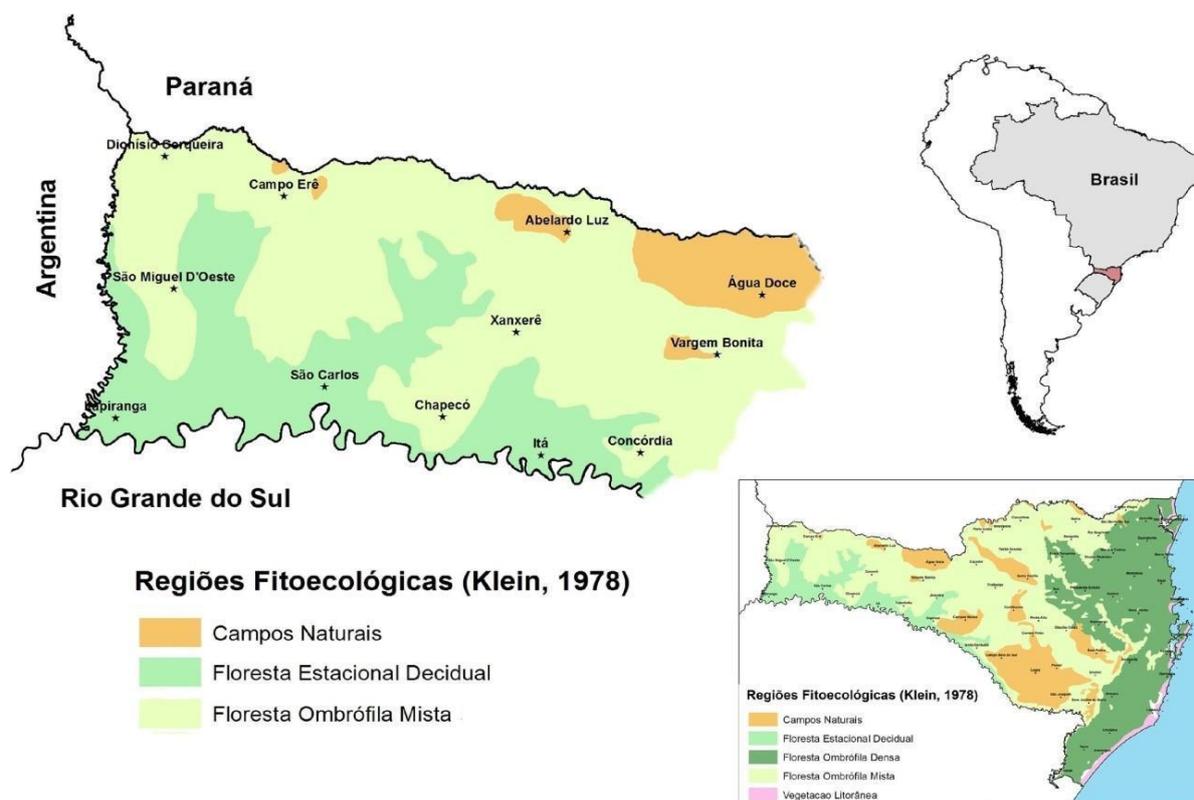
O processo de colonização é intensificado com o auxílio dos incentivos governamentais e de companhias colonizadoras com o objetivo de ocupar o espaço e de tornar a terra produtiva. Para isso, utilizam-se discursos que colocam a região como propícia para o desenvolvimento de uma base agrícola. Dessa maneira, a economia regional foi marcada por diferentes processos econômicos, entre os quais, a extração da erva-mate e da madeira, criação de suínos e o desenvolvimento da agricultura e, depois da década de 1960, também da sojicultura.

2.1 ASPECTOS AMBIENTAIS E OS IMPACTOS NA PAISAGEM COM OS PROCESSOS AGRÍCOLAS

Até a primeira década do século XX, havia uma paisagem muito diferente na região oeste de Santa Catarina. Analisando as fontes, percebem-se mudanças notáveis em decorrência da ocupação sistemática do território por europeus e seus descendentes, em sua maioria italianos e alemães que eram pequenos agricultores. Posteriormente, os pequenos agricultores do sul do país tornar-se-iam agentes importantes na ocupação e modificação de terras em outras partes do Brasil, já que, após a ocupação efetiva de um território e à medida que os recursos foram se tornando escassos, foram avançando o processo colonizatório para outras regiões (BELL, 2016, p. 74).

A região estudada situa-se no bioma de Mata Atlântica, onde ocorre predomínio da Floresta Estacional Decidual–FED e a Floresta Ombrófila Mista–FOM, embora também ocorram pequenas áreas de campo (KLEIN, 1978; SEVEGNANI; LAPS; SCHROEDER, 2013), conforme a ilustração da Figura 2.

Figura 2 - Distribuição geográfica das regiões fitoecológicas em Santa Catarina



Fonte: Salini (2018, p. 28).

O mapa ilustra a presença da Floresta Ombrófila Mista e da Floresta Estacional Decidual na região oeste catarinense. A floresta de caráter subtropical e continental tem como característica árvores maiores, com troncos grossos, as quais atingem entre 30 a 40 metros de altura (KLEIN, 1972, p. 12), além de espécies lenhosas de valor econômico, como o pinheiro-brasileiro, a grábia, a imbuia, o cedro, a canafístula, o loro-pardo e a guajuvira (BAVARESCO, 2005, p. 85). Também vemos no mapa pequenas áreas de campo que são caracterizados por pinhais, por vezes bastante densos, mas, em geral, de árvores de pequeno porte. A submata é baixa e rala, caracterizada por poucas árvores medianas, que atingem de 8 a 15 metros de altura. As vastas áreas de mata são formadas por espécies entremeadas por campos, onde predominam vegetações herbáceas e vegetação arbustiva e arbórea em forma de capões, tornando-se difícil, muitas vezes, delimitar as porções de campo e de mata (KLEIN, 1978, p. 16-17).

O relevo caracteriza-se pelo planalto dissecado do rio Iguaçu/rio Uruguai, tendo como característica principal a superfície irregular. Quanto à hidrografia, os principais rios são: Uruguai, na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Macaco Branco, das

Antas e Peperi-Guaçu, na divisa entre o Brasil e a Argentina, que pertencem à bacia hidrográfica do rio Uruguai (SEVEGNANI; LAPS; SCHROEDER, 2013, p. 173).

Grande parte da floresta original foi perdida em decorrência do desmatamento provocado pelo processo de colonização. Após a Primeira Guerra, intensificaram-se as áreas desmatadas, e as derrubadas chegaram em 1945 a 52,27% do total das matas do estado (MARCON, 2003, p. 294). As novas formas de ocupação do espaço a partir da chegada dos europeus ou seus descendentes vindos do Rio Grande do Sul alteraram os modos de vida, trazendo consequências aos que já habitavam a terra. Assim, os caboclos e indígenas foram considerados intrusos, não adequados aos objetivos econômicos, políticos e culturais dos governos e da iniciativa privada (CARVALHO, 2010, p. 214). O desmatamento trouxe mudanças e limitações para os grupos que já habitavam esse território, pois houve a perda de áreas anteriormente ocupadas pela flora e fauna nativas.

Grosselli (1987) afirma que, na fauna, havia centenas de espécies de animais ótimas para a alimentação, como anta, servo, vários tipos de tatu e de javali, paca, entre outros, assim como muitos pássaros de grande porte que são comestíveis. Acrescenta que, mesmo desconhecendo o ambiente ou a própria forma de caça, os camponeses que tinham espingarda e munições garantiam abundância de carne. Dentre uma perspectiva desenvolvimentista, destaca que os colonos,⁵ de qualquer modo, venceram: domaram a natureza e derrotaram as adversidades, com sua fé e seu trabalho (GROSSELLI, 1987, p. 368). Era a partir desses dois princípios – fé e trabalho – que o estado investia na colonização. Esses aspectos eram ideais para promover o desenvolvimento almejado.

Segundo Marzano (1985), muitos colonizadores que ocuparam o sul de Santa Catarina posteriormente também povoaram o oeste do Estado. Para entender o contexto ambiental que esses povoadores conheceram, transcrevemos o trecho a seguir:

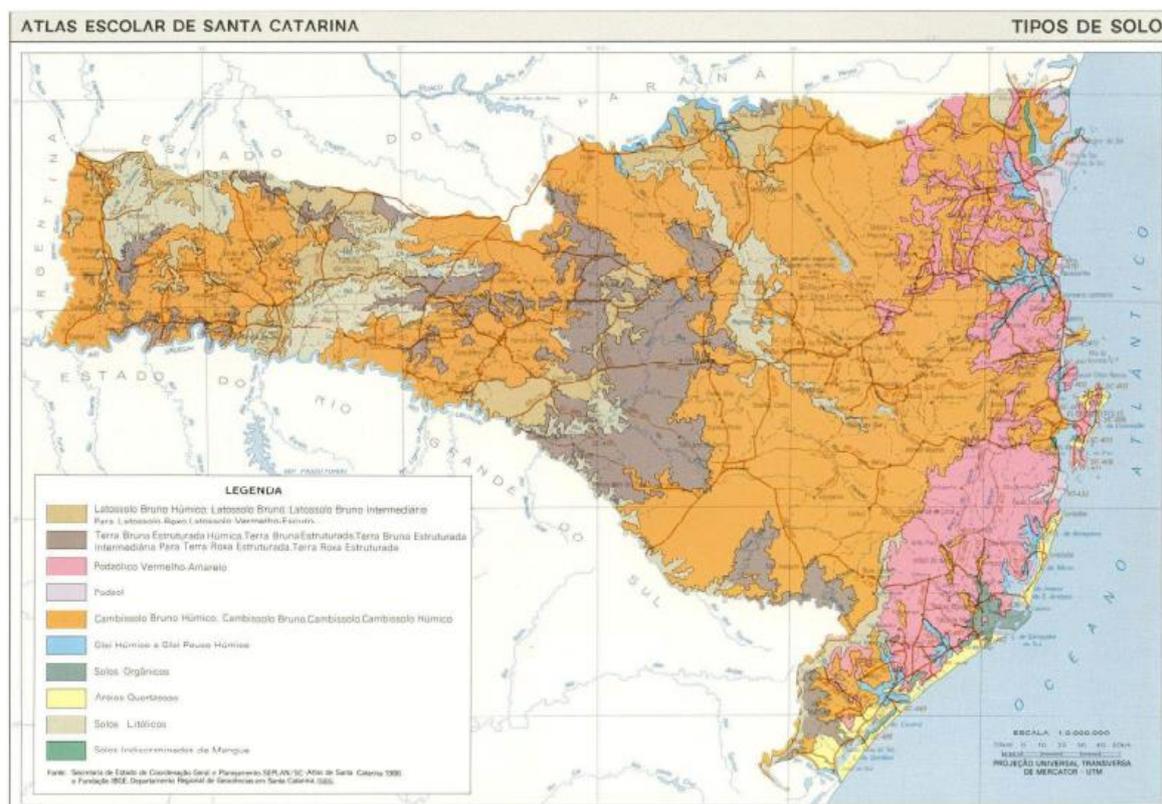
⁵ “Como expressão de uma identidade camponesa, o termo colono foi atribuído aos imigrantes pelas leis e regulamentos que nortearam a política de colonização desde sua implementação no século XIX. Acabou se transformando numa identidade assumida pelos indivíduos que classificavam, igualmente associado à imigração europeia [...] O termo camponês foi substituído por colono, e este é o que expressa a identidade social do pequeno proprietário rural policultor, de modo análogo, a colônia é sinônimo de rural (no sentido amplo) e de pequena propriedade rural (em sentido restrito). As dimensões econômicas, sociais e étnicas implícitas na definição atual da categoria de identificação, portanto, remetem duplamente ao passado histórico; elas estão presentes tanto no significado oficial do termo colono, como na sua forma de apropriação por parte dos imigrantes e seus descendentes” (SEYFERTH, 1992, p. 46-47).

Para quem nunca pôs os pés em tais florestas, torna-se impossível fazer-se uma ideia do grandioso conjunto e severo espetáculo que elas oferecem à vista do visitante. [...] A floresta é tão espessa que torna impossível a visão além dos vinte passos. [...] A vegetação parasitária reveste de tal modo as grandes árvores que fazem quase uma coisa só com elas. Oferecem à vista do homem colunas altíssimas de verdura, interceptadas de quando em quando crespas orquídeas, cujas flores multicoloridas reúnem-se caprichosamente e formam ramalhetes maravilhosos. Quase a cada cem metros encontra-se um regato de águas cristalinas correndo sobre as lajes. A cada passo éramos acariciados por estupendas borboletas de asas coloridas, e alegrados pela visão de magníficos pássaros (MARZANO, 1985, p. 118).

O trecho destaca, em primeiro lugar, a beleza da natureza intocada, e por outro lado, a imensidão da mata revela o desafio que isso representaria ao colonizador, o embate entre a floresta selvagem e a civilização. De acordo com Bublitz (2008), que analisa a colonização alemã no Rio Grande do Sul, os imigrantes vinham da Europa com ilusão em relação às terras e com a vida que poderiam ter. Entretanto, o que encontraram foi uma floresta grandiosa. Era necessário muito trabalho para derrubar a vegetação e impor o domínio sobre a natureza. Para o imigrante derrubar a floresta, significava que ali havia se estabelecido a civilização, o progresso, a garantia do sucesso na nova pátria (BUBLITZ, 2008, p. 327). A autora segue destacando que, a partir do momento que se colocava os pés na fronteira verde, era preciso aprender a derrubar a floresta e a lidar com a terra, inicialmente pela sobrevivência. Isso porque, no processo de americanização, ao retratar os alemães, a autora assinala que, ao receber seus lotes, precisavam utilizar a terra para produzir o mais rápido possível, já que havia poucos alimentos. Além disso, com a chegada dos colonos, a terra ganhou um novo significado, visto que, ao se estabeleceram, empreenderam seu “desmatamento civilizador” (BUBLITZ, 2008, p. 337).

Em relação ao solo catarinense, é possível destacar que cerca de 60% dos solos do estado apresentam baixa fertilidade natural, por isso, necessitam de calagem ou de adubação para que seja possível desenvolver uma produção agrícola satisfatória. Em relação aos solos de fertilidade natural, que ocupam uma área de 21% da superfície do estado, sua grande maioria está situada em relevo acidentado, não recomendando sua utilização para a agricultura (CRUZEIRO, 1991, p. 28). Conforme a Figura 3, a região oeste catarinense seria caracterizada pela predominância de solo Cambissolo Bruno Húmico, Cambissolo Bruno Cambissolo, Cambissolo Húmico, sendo um solo de baixa fertilidade.

Figura 3 - Mapa com os tipos de solo do estado de Santa Catarina



Fonte: Atlas Escolar de Santa Catarina (1991, p. 29).

Dado esse fator natural de o solo ser de baixa fertilidade, foram de suma importância pesquisas visando melhorar sua fertilidade, o que geraria, como consequência, aumento da produção. Muitas culturas produzidas em Santa Catarina são anuais, limitando a utilização do solo para respeitar o tempo de descanso da terra. Essa limitação nem sempre era respeitada, ocasionando perdas por erosão e reduzindo drasticamente o tempo de utilização do solo. A soja, por exemplo, até a década de 1970, era produzida apenas nas regiões de clima temperado e subtropical. Com o progresso das pesquisas brasileiras (a partir da criação de centros de pesquisa, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, como a Embrapa Soja em 1975, na cidade de Londrina-PR), foi possível o desenvolvimento de cultivares adaptados para a produção em todas as regiões do Brasil (CUNHA et al., 2005, p. 102). Inicialmente a leguminosa surgiu como cultura para suceder o trigo, já que se fazia uso dos mesmos maquinários para o plantio e adubação (CONCEIÇÃO, 1986, p. 12).

Em relação à estrutura do solo e às práticas utilizadas, os solos com o plantio de trigo se encontravam muito degradados. O trigo era a cultura predominante, contudo, foi perdendo incentivo do governo para seu cultivo, somando-se a isso as geadas inverniais tardias, que provocavam perdas consideráveis. Assim, foi rapidamente substituído pela soja. No final dos anos 1960, no Rio Grande do Sul, os sistemas de cultivo eram compostos, em grande parte da área agricultável do estado, por campos com soja no verão, previamente trabalhados, ficando no restante do ano o solo nu. No cultivo da soja, é notável a pouca utilização do calcário. Além disso, o fato de os solos cultivados serem antigos solos florestais desmatados para aumentar o cultivo é outro fator que possivelmente permitiu a grande proporção de ervas daninhas constatada nas culturas, impactando negativamente a produção (FERMENT, 2010, p. 14).

Ferment (2010) analisa o estado do Rio Grande do Sul e destaca que lá ocorreu um programa de recuperação dos solos, com a rotação de cultura e o plantio direto. O plantio direto expandiu-se nos anos 1990, uma vez que em 1985 apenas 2% ou 3 % das culturas beneficiavam-se desse tipo de manejo. Contudo, atualmente as áreas que utilizam o sistema de plantio direto são de mais de 90%. A rotação das culturas ainda hoje é sistematicamente utilizada, envolvendo a soja e o milho nas culturas de verão e o trigo e a aveia nas culturas de inverno. A partir do programa de recuperação dos solos, o desempenho dos cultivos de soja e trigo teve uma significativa melhora (FERMENT, 2010).

O binômio soja-trigo foi uma rotação propagada por técnicos agrícolas a fim de buscar a obtenção de maiores lucros para os agricultores. Além disso, a utilização com frequência do solo pela mesma cultura causava danos e baixa produtividade. Klanovicz e Mores (2017), quando analisam o processo de expansão da soja na década de 1970 no estado do Paraná e sua inserção por meio da política nacional do trigo, destacam que nesse espaço da mecanização intensa a soja aparece principalmente devido ao processo de industrialização do campo que foi feito pela triticultura, assim como, devido aos discursos que foram propagados nos anos 1950 usando como ponte o binômio soja-trigo:

[...] apropriado politicamente pelo planejamento econômico e tecnocrático da agricultura que incentivava produtores a plantarem soja no verão, aproveitando o interstício das safras de trigo, maximizando lucros pelo uso intensivo da terra e de insumos (KLANOVICZ; MORES, 2017, p. 250).

Seria possível, como podemos destacar a partir da análise dos autores, fazer o aproveitamento do solo por mais vezes ao ano, aumentando os lucros. Entretanto, quando analisamos essa introdução da sojicultura no oeste catarinense, notamos que o processo foi

difícil, já que uma característica da superfície dessa região é o relevo irregular, que impediu a introdução de maquinários em muitas áreas (Figura 4).

Figura 4 - Vista de cultivo de milho na região de Campo Erê, oeste catarinense, na década de 1960



Fonte: IBGE.

Como é possível ver na Figura 4, o tipo de relevo em algumas partes da região dificultou o processo de introdução de maquinários. Algumas áreas, especialmente as mais próximas à divisa com o estado do Paraná, por exemplo, apresentam parcelas do relevo propício para o uso de maquinário. Contudo, em áreas mais próximas ao rio Uruguai, o relevo é mais acidentado, dificultando o uso de maquinário. Esse e outros motivos não favoreceram o cultivo da soja com máquinas, fazendo com que a produção em muitas pequenas propriedades acontecesse de forma manual.

Mesmo com a dificuldade do relevo acidentado, até os espaços de encostas foi sendo ocupado, tornando as terras espaços produtivos. A prática de arar a terra, preparando-a para posterior plantação de grãos, era realizada mesmo em áreas bastante íngremes (SALINI, 2018, p. 64). Os primeiros imigrantes europeus no Rio Grande do Sul, tiveram muita dificuldade na prática do preparo da terra e, “perceberam logo, porém, que o uso do arado não lograria êxito imediato no solo irregular e repleto de raízes encontrado no Sul do Brasil” (BUBLITZ, 2008, p. 333). Os europeus e seus descendentes, ao colonizarem o oeste catarinense na primeira metade do século XX, estruturaram um processo de exploração e de produção agrícola que causou mudanças drásticas e rápidas na paisagem regional, tendo em vista que, em um período

muito curto de tempo, se estabelecem na região centenas de famílias que precisavam produzir alimentos para seu sustento, fazendo com que mesmo as áreas mais íngremes e acidentadas fossem utilizadas para a agricultura. Na sequência, veremos como a colonização e esses processos agrícolas alteram a paisagem.

2.2 COLONIZAÇÃO REGIONAL E AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS

Na região oeste de Santa Catarina, a partir de 1940, ocorreram profundas transformações no meio ambiente, especialmente em função da ocupação do espaço, com a vinda de famílias de europeus italianos e alemães ou seus descendentes. Uma colonização mediada pelo estado por meio das companhias colonizadoras que comercializavam as terras na forma de pequenas propriedades. Radin e Vicenzi (2017) apontam que a colonização não foi realizada como um processo espontâneo, mas, sim, induzido pelo poder público. Os autores evidenciam que se tinha um entendimento de que, estendendo a concessão e venda de terras às empresas privadas, se estimularia o processo de colonização. Seria, então, uma forma mais prática de dominar efetivamente o território por parte do estado, já que a forma de ocupação preexistente, com indígenas e caboclos, era tida como ineficiente para tal fim (RADIN; VICENZI, 2017, p. 71). Flores e Serpa (1999) destacam que seria uma política de repovoamento adotada pelo governo de Santa Catarina, que se arrastava desde fins do século XIX, uma forma de garantir a posse e a integração definitiva do território. Essa política pautava-se em imigrantes de origem italiana e alemã, já que a população indígena, africana e portuguesa vivia do extrativismo e da agricultura de subsistência, que era adversa ao ideal do Brasil com vocação agrícola (FLORES; SERPA, 1999, p. 216). O que o estado buscava promover era o desenvolvimento e o progresso⁶ dessas áreas.

Para o governo, a colonização é a política de povoamento e desenvolvimento de áreas desabitadas. Esse tipo de colonização depende, em grande parte, de fatores políticos, que frequentemente são instáveis e interferem com uma sã administração das colônias. Para uma companhia particular, colonização quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e o é certo que ganhará se conseguir uma boa qualidade de terra e gente também de boa qualidade (WAIBEL, 1949, p. 172).

Muitas áreas do interior brasileiro, assim como a região analisada, eram caracterizadas pelo estado como um “vazio demográfico” ou um “sertão a ser conquistado”. Devia-se

⁶ “Por progresso também se entendia exercer domínio sobre a natureza, transformando o espaço em uma área produtiva, por meio da expansão agrícola” (RADIN; SILVA, 2018, p. 689).

conquistar efetivamente as fronteiras, ou seja, o desafio consistia na colonização efetiva desses espaços e sua incorporação ao processo produtivo. Isso se evidencia em relatos e documentos oficiais do governo catarinense, como no relato produzido com a viagem de 1929, quando ocorreu a primeira visita de um governador (na época chamado também de presidente) ao oeste catarinense, viagem essa que foi realizada mais de uma década após o acordo de limites com o estado do Paraná (RADIN; VICENZI, 2017, p. 66).

Flores e Serpa (1999) pontuam três objetivos principais que levaram à viagem: a questão da fronteira com a Argentina e a construção da brasilidade; a permanência e ocupação do oeste catarinense como expansão do processo civilizador para o interior do Brasil; e, por fim, um empenho em debelar as causas da Guerra do Contestado. De modo geral, interiorizar o Brasil, eliminar os vazios demográficos e fazer com que as fronteiras econômicas, geográficas e culturais coincidisse com as fronteiras políticas (FLORES; SERPA, 1999, p. 222). Os relatos da viagem do governador são o desejo de transformar a região a partir dos imigrantes-colonos nascidos no Rio Grande do Sul em “o homem disposto a trabalhar” (FLORES; SERPA, 1999, p. 222).

De acordo com Radin e Silva (2018), os governantes viam nos colonos a possibilidade de dominar as terras e a natureza, transformando e desenvolvendo a região como área produtiva a partir da expansão agrícola. Foi então implementado um vasto programa de propaganda que visava difundir a ideia de que as terras catarinenses localizadas próximas à divisa com o Rio Grande do Sul eram produtivas. As propagandas que circulavam nas colônias do Rio Grande do Sul destacavam as qualidades e características da região possíveis de um bom desenvolvimento agrícola (RADIN; SILVA, 2018, p. 689-691).

De certo modo, os discursos públicos disseminados pelo estado demonstravam preocupação e interesse em alterar a realidade da região. Por isso, destacavam que seria preciso “enfrentar a ‘tragédia da floresta’, o ‘deserto verde’, as ‘matarias vastas e desertas’, a ‘terra semisselvagem’, o ‘sertão inculto’, os ‘vazios demográficos’” (RADIN; SILVA, 2018, p. 684).

Esses discursos do estado aparecem, por exemplo, nos relatos da viagem realizada pelo então presidente Adolfo Konder e sua comitiva para o oeste catarinense em 1929, que visava conhecer o interior com o objetivo de promover o desenvolvimento e realizar a ocupação definitiva do espaço. Por isso, no relato de viagem, cita Chapecó com um tamanho formidável, já povoada em muitos trechos, mas pontilhadas ainda de parcelas desabitadas e selváticas (COSTA, 2005, p. 26). De acordo com o relato, a viagem teria possibilitado que o presidente pudesse, então, adotar medidas de implementação da ordem e do respeito às leis, do fomento econômico e à civilização, já que a região era vista como assolada pelo banditismo. Por isso,

na visão do estado, seria necessário pacificar o espaço para abrir novas possibilidades de colonização.

A área era habitada sobretudo por indígenas e caboclos, e essas populações não eram consideradas adequadas para levar adiante o modelo de desenvolvimento planejado, além de serem, ainda, considerados como intrusos. Nos relatos da viagem do governador, ao realizar o percurso de Passo Goio-Ên até Itapiranga pelo rio Uruguai, observa-se que “na costa riograndense é tudo solidão e deserto, lobrigando-se, apenas, de quando em quando, a largos espaços, uma choupana de ‘intruso’, que ali se abrigou para melhor explorar as mattas, roubando madeiras das terras devolutas” (COSTA, 2005, p. 33). Em contrapartida, no lado catarinense, nas colônias de Palmitos, São Carlos e Mondaí, estariam formando-se “colônias apreciáveis”, entre outras palavras, que estavam nos moldes do estado:

Explica-se a diversidade de progresso, observada em uma outra margem, porque, do nosso lado, as terras, que são fertilíssimas, estão sendo divididas em lotes e povoadas, enquanto que o governo rio-grandense conserva as suas completamente devolutas. Mondahy é surpreendente. Colonia fundada em matta aberta há sete annos, encontramos ali traços fortes de civilização, pela organização do trabalho, systematização das energias, ordem admirável (COSTA, 2005, p. 33).

Ao fazer referência à colonização com europeus e descendentes, demonstra o quanto são responsáveis pela organização, trabalho e ordem, que foram considerados admiráveis pelo presidente. As propagandas, para desviar a preocupação do “problema” da vastidão da floresta, centravam seu discurso na promessa de facilidade do acesso à terra, o que se tornava bem atrativo aos imigrantes. Em relação aos primeiros contatos com a floresta, Grosselli destaca:

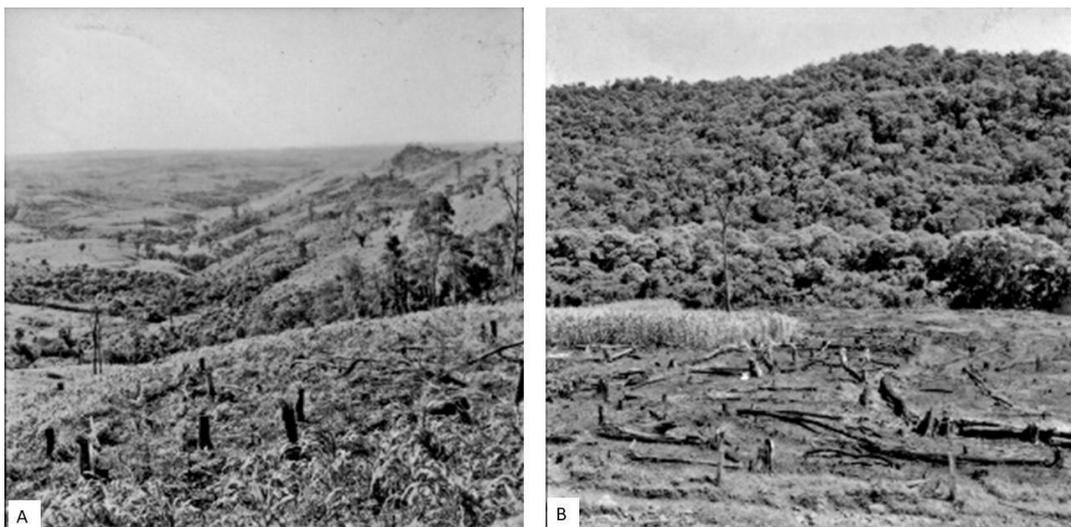
Foi uma epopeia trágica de que o camponês europeu saiu vencedor, com a ajuda de outros colonos brasileiros e do Governo. [...] A exemplo de uma criança que dá os primeiros passos de sua vida, o camponês europeu devia reiniciar sua marcha para a submissão da natureza. [...] A floresta era um ambiente físico totalmente novo para os colonos. Vegetação emaranhadíssima e luxuriante, fauna muito diversificada e numerosíssima. [...] Agora, os camponeses trentinos se encontravam sós, sós com seus medos e seu Deus num imenso mar de verde (GROSSELLI, 1987, p. 357-358).

Sendo a grande massa de povoadores provenientes do Rio Grande do Sul, das antigas colônias de imigrantes alemães e italianos, estes já não sofreram tanto com a adaptação, uma vez que provinham de comunidades já adaptadas aos ambientes físicos e social (PELUSO JUNIOR, 1991, p. 255). Assim, foram derrubando as matas, queimando, e em pouco tempo não restava muito da vegetação, sendo possível desenvolver a agricultura. As técnicas utilizadas eram medievais, porém as cinzas das queimadas formavam uma camada de adubo

tal que, por alguns anos, o solo seria capaz de produzir sem mão de obra. Esse modelo produtivo causou problemas à terra, sendo necessária a utilização de adubação. A área era então abandonada, e o cultivo ocorria em outras partes da propriedade. Posteriormente, quatro ou cinco anos depois, cresceria uma nova floresta, com árvores diferentes, para fertilizar novamente a área (MARZANO, 1985, p. 119-120).

Muraro (2015) destaca que toda forma de colonização carrega consigo um sentido de dominação nas práticas de cultivar, civilizar, desenvolver e até salvar.⁷ Na América, as mudanças mais perceptíveis na forma de colonização aconteceram a partir da segunda metade do século XIX, com a imigração de milhares de europeus, de modo especial italianos e alemães. Entre os novos personagens, predominam os agricultores, isto é, indivíduos habilitados para dominar a natureza, arar, semear e fazer a terra produzir. Os colonos transformaram a paisagem da região. As atividades ligadas à exploração de madeira e à agricultura praticamente extinguíram as florestas, substituídas pelas plantações de milho, feijão, fumo, soja e outras culturas, e havia também a criação de suínos e aves (Figura 5).

Figura 5 - A) Vista de uma paisagem com relevo acidentado; em primeiro plano, plantio de milho onde se notam os troncos queimados. B) Em primeiro plano, troncos caídos com área de cultivo, e ao fundo nota-se ainda a mata nativa



Fonte: IBGE.

Nodari (2012, p. 35), quando se refere aos efeitos do processo de colonização, salienta que, gradativamente, a região foi sendo alterada por meio da ação humana, com o uso de

⁷ Muraro (2015, p. 167) analisa que os reinos católicos justificavam suas atividades na América com o pretexto de “salvar os gentios”, tentando ocultar o mandonismo e o autoritarismo visíveis nos processos de ocupação de territórios já habitados, proibindo a utilização de palavras como conquistadores e recomendando que fossem substituídas por termos como povoadores ou cristianizadores.

diferentes tecnologias, passando pela utilização do machado, do fogo e da motosserra. A história florestal corretamente entendida é, em todo o planeta, uma história de exploração e destruição. Assim, aos poucos foi se reduzindo o mundo natural, e os entornos domésticos foram surgindo para uso prático do ser humano (DEAN, 1996, p. 24).

O discurso de oferta de infraestrutura, como a abertura de estradas, incentivos à produção, aquisição de locais de armazenamento, entre outros, foi importante para atrair os colonizadores para migrarem para a região oeste de Santa Catarina, que seria um lugar propício para desenvolver uma base agrícola. Os incentivos que serão colocados para os colonos proporcionarão à região o estabelecimento de um mercado regular para produtos agrícolas. Com o tempo, o oeste catarinense passou a desenvolver uma agricultura voltada à produção de excedentes, estabelecendo um contato com o mercado e organizando a produção visando as necessidades que o mercado apresentava (POLI, 2001). Nessa perspectiva, os produtos são destinados a atender às necessidades do comércio. Como exemplo, pode ser citada a soja.

O processo de modernização da agricultura alterou as relações sociais de produção. A partir da expansão de uma ideia moderna de cultivar, o agricultor buscava a obtenção de lucros. Contudo, essa forma de produzir será para poucos produtores. A tendência na direção do monocultivo viabiliza propriedades rurais de grande ou médio porte, as quais estão na tendência capitalista de produção.⁸ Worster (2003) destaca que o capitalismo introduziu outra inovação, que mudaria profundamente a forma como as pessoas relacionavam-se com a natureza em geral. Pela primeira vez na história criou-se um mercado geral de terras como mercadoria, e esta passou a ser comercializada sem restrição. Um dos problemas históricos mais interessantes apresentados pela transformação capitalista é quando o mundo da natureza foi reduzido à abstração “terra”.

Apesar de muitas variações de tempo e lugar, o sistema agroecológico capitalista mostra uma tendência clara ao longo da expansão da história moderna. Um movimento em direção à simplificação radical da ordem ecológica natural no número de espécies encontradas em uma área e o intrincado de suas interconexões. Na linguagem de hoje, chamamos esse novo tipo de sistema agroecológico de monocultura (WORSTER, 2003).

⁸ Ferment (2010), sugere uma justaposição de médias e pequenas propriedades com menos de 2.000 hectares. Contudo, em sua pesquisa, trata de agricultores familiares e médios produtores integrados ao mercado especializado na produção e venda de soja como principal fonte de renda monetária. Ainda, sugere uma nova categoria, sendo a “agricultura de subsistência” de produção, apontada para a diversificação, segundo a mesma tipologia. Paralelamente a esses cultivos de soja e de milho, a grande maioria das propriedades agrícolas da região estudada é voltada para a agricultura de subsistência. Assim, os agricultores produzem aproximadamente 70% de suas necessidades alimentares diretamente em suas propriedades (ex.: verduras, frutas, aves, leite e outros) (FERMENT, 2010, p. 15).

2.3 ASPECTOS ECONÔMICOS E A INTRODUÇÃO DA SOJICULTURA

Entre as décadas de 1920 e 1960, ocorre a ocupação sistemática nas terras do oeste catarinense. Isso devido ao acordo conhecido como a “Questão do Contestado”, a partir de um acordo de limites, em 1917, em que Santa Catarina, de posse da área do ex-Contestado, estabelece um acordo com o governo paranaense, e então são criados quatro municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó (RENK, 2006, p. 49). A principal medida para esses espaços passa a ser a ocupação dessas terras. Nesse contexto, a figura do colono europeu será fundamental, como “construtores do progresso e da civilização” (RENK, 2006, p. 55). A ele é designada a capacidade de dominar a natureza e seus recursos em prol da produção e geração de produtos que possam gerar excedentes, ou seja, fazer a terra produzir. Até a chegada dos novos habitantes, residiam na região caboclos e indígenas. Essas populações foram expulsas para que as empresas colonizadoras fizessem a venda dos lotes de terra. Caboclos e indígenas encontraram-se e uniram-se, formando um grupo que habita os fundos das glebas colonizadas, ou seja, como peões e agregados, foram se deslocando para o interior da mata (PIOVEZANA; FACCO; ONGHERO, 2017, p. 163).

Antes disso, em relação ao primeiro século de ocupação europeia no sul do continente, para D’Angelis (2014), a área de mata subtropical no oeste catarinense era habitada pelos Guarani, principalmente às margens do rio Uruguai, ocupação também apontada pelos sítios arqueológicos encontrados na área (CARBONERA et al., 2017; ROHR, 1966, entre outros). Para D’Angelis (2014), os Kaingang ocupavam a mata de Araucária e seus campos intermédios. Ainda segundo o autor, os Kaingang arredios teriam concentrado sua localização no rio Irani e sua região leste, no médio rio Xaçupé e região a oeste dele. Enquanto os Kaingang, simpáticos aos novos ocupantes mantiveram-se na região de Xaçupé e Xaçupézinho (sempre no ponto de confluência com a estrada); no Xanxerê; no Passo do Carneiro, no Toldo da Serrinha, e famílias no Palmital e no Goio-Ên (D’ANGELIS, 2014). Conforme o autor, em 1856, os Kaingang estavam localizados na região oeste catarinense, nos seguintes locais: Toldo Xaçupé, Toldo Formigas, Toldo Jacu e vários outros entre o médio Xaçupé e o Xaçupézinho: Xaçupézinho, Toldos da Emigra, Irani e os matos a leste dele, atingindo os rios Ariranha e Jacutinga: Serrinha; proximidades do rio Xaçupé; região entre o rio das Antas e Sargento: região de Dionísio Cerqueira. Enquanto que os grupos Guarani tiveram várias ocupações nas proximidades da foz do rio das Antas (D’ANGELIS, 2014). De acordo com o autor, nesse período, na região Oeste, tomava impulso a exploração da erva-mate, atividade desenvolvida

pelos grupos que algumas décadas depois foram levados a sair pelo interesse nos ervais. Só permaneceram as famílias de indígenas que se integraram à atividade econômica da erva-mate. Os grupos que se encontravam mais longe dos ervais não se integraram à produção (D'ANGELIS, 2014, p. 307).

O corte da erva-mate e o tropeirismo também eram atividades desenvolvidas pelos caboclos. Além disso, também produziam produtos agrícolas para subsistência (RENK, 2006), em contrapartida os colonizadores de origem alemã e italiana que se estabelecem posteriormente realizam a exploração madeireira e formam uma frente agrícola e pecuária que aos poucos afasta os caboclos até mesmo da extração da erva-mate (POLI, 2006, p. 150).

A história da colonização do oeste catarinense também está relacionada com o movimento de povoamento dos campos devido à abertura dos Caminhos dos Tropeiros. Corazza (2016) destaca que, do ponto de vista econômico, esse período demarcado pela pecuária contribui pouco para o progresso da região. Contudo, foi importante para a ocupação do território e para integrar a região com a unidade nacional, já que os caminhos ligavam São Paulo ao Rio Grande do Sul (CORAZZA, 2016, p. 304). Também, os campos e as populações que habitavam esse local desenvolveram diversas estratégias de manejo da natureza, o que, por sua vez, refletiu na paisagem. Durante os séculos XVI e XVII, com os europeus, os impactos passam a ser mais intensos devido à amplitude da vegetação de campos que possibilitou o desenvolvimento de atividades como a criação de animais. Assim, a pecuária permaneceu como a principal atividade dos campos, predominando uma economia pastoril (SILVA; BRANDT; CARVALHO, 2015).

Outro movimento é notado a partir do século XIX, quando ocorre uma onda de migração para os campos de ex-escravos, foragidos e outros, que usufruíam o que campos e as florestas podiam dar e desenvolviam atividades relacionadas ao extrativismo, à caça, à pesca e à agricultura. Essa ocupação colaborou com a expansão da pecuária, expandindo os campos sobre a floresta pela ação do machado e do fogo para a criação de gado bovino e de lavouras, e os danos que o processo causou para a fauna e a flora dos campos do Planalto Sul do Brasil são difíceis de mensurar (SILVA; BRANDT; CARVALHO, 2015).

Outra atividade extrativista que movimentou a economia da região foi a retirada da erva-mate junto à Floresta Ombrófila Mista, atividade inicialmente feita pelos caboclos. A *Ilex paraguariensis* estava mais presente na Floresta Ombrófila Mista, na Floresta Estacional Decidual e na Floresta Estacional Semidecidual. Nessa primeira formação, é marcada por baixo déficit hídrico (poucos meses secos) e pela presença da araucária (*Araucaria angustifolia*, Bertol., O. Kuntze) (GERHARDT, 2013, p. 38). “A produção da erva-mate no século XIX

seguia um processo rudimentar, organizado em etapas sucessivas, em meio à floresta, que foi descrito por diversos viajantes e cronistas” (GERHARDT, 2013, p. 68). Naquele século, o comércio da erva destacou-se como uma das atividades economicamente mais importantes do Sul do Brasil, onde dali era exportado para outros países da bacia do rio do Prata. Para a extração e o preparo do mate, contava-se com o trabalho dos caboclos, que eram também chamados nessa função de “ervateiros”⁹ (GERHARDT, 2013, p. 159). Ainda no século XIX, as áreas florestais do Sul do Brasil mudam sua realidade. Isso principalmente devido a projetos de colonização que, além de estimular e tornar possível o repovoamento do território com imigrantes, atenderam aos colonos que se dedicaram à retirada do mato para cultivar o solo e criar animais domésticos (GERHARDT, 2013, p. 159). Nesse processo, o ambiente foi transformado, a terra se tornou privada, e novas paisagens foram construídas, com animais e plantas domesticadas. A erva-mate passa a se tornar atrativa e rentável, deixando de ser característica da população cabocla. Com a colonização,

Os colonizadores que se dedicaram a essa atividade passaram a construir engenhos mecânicos, os chamados barbaquás, recolhendo a erva crua colhida pelos tarefeiros. Os meios de transporte contribuíram para tal, circulando longas distâncias para arrecadar os volumes desbastados (RENK, 2018, p. 14).

Os caboclos mantiveram suas atividades no processo de extração da erva. Aos italianos cabia o espaço da lavoura, do comércio e da indústria. O processo de produção era reservado aos colonos/fazendeiros, e aos caboclos era reservado o espaço de extrator (RENK, 2006, p. 14). O oeste catarinense foi um grande fornecedor de erva-mate para outros mercados (CORAZZA, 2016, p. 304) até a década de 1910, quando atinge seu pico. Nas décadas seguintes, tem-se uma queda na produção. O produto era levado até o Rio Grande do Sul, o Paraná e a Argentina. Boa parte da produção era escoada pela estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e também pelo rio Uruguai para países vizinhos (RENK, 2018, p. 14). Na década de 1980, a erva-mate, conjuntamente com a banha suína e a manteiga, estava entre os três produtos que ocupavam o topo das exportações do estado Catarinense, ou seja, o mate tinha uma importância significativa, ao lado de produtos coloniais (GERHARDT, 2013, p. 197). “Na segunda década do século XX, nos três núcleos coloniais fundados pelo Governo Federal em Santa Catarina, Anitápolis, Esteves Junior e Barão do Rio Branco, predominou a produção de

⁹ Ervateiros, de acordo com o conceito utilizado por Marcos Gerhardt (2013, p. 76), de forma mais restrita e com conotação política, refere-se a um grupo que detém algum controle sobre a extração, o comércio e a transformação do produto, e não simplesmente o que executa a coleta.

milho, feijão, batata-inglesa, fumo, abóbora e de outros cultivos agrícolas” (GERHARDT, 2013, p. 197). A produção da erva-mate ainda fazia parte da atividade dessas colônias, embora em números econômicos inexpressivos.

No início do século XX, vai se destacar também no processo econômico da região a extração da madeira. De maneira comercial, começa a ser extraída de forma sistemática (por grandes madeireiras e serrarias) a partir da construção da estrada de ferro. “Foi a atividade mais rendosa para muitos dos colonizadores. Tiveram eles uma participação direta ou indireta, mas a vida econômica regional por mais de 40 anos circulou em torno do que a mata lhes oferecia” (BELLANI, 1991, p. 86). Além disso, a comercialização da madeira na Argentina abriu um novo mercado consumidor. E alinhado a isso estava o discurso da necessidade do desmatamento como única alternativa para o progresso e desenvolvimento dos que se consideravam desbravadores (MARCON, 2003, p. 294).

A intensificação da exploração da madeira deu-se por meio das balsas. Devido à falta de transporte, o escoamento da produção madeireira era realizado por via aquática no rio Uruguai, utilizando como meio de transporte as balsas (BELLANI, 1991, p. 179). De acordo com Bellani (1991), a preparação do produto para o transporte nas balsas era um processo complexo, com tempo de execução longo e formado por diversas etapas. O objetivo de entrega era em sua maioria os países platinos. Em alguns casos, além do trabalho de atar madeira em balsas, alguns balseiros também realizavam o transporte da erva-mate (BELLANI, 1991, p.180).

A construção da estrada de ferro, assim como a adoção de outras vias secundárias e a utilização de balsas para o escoamento da madeira, possibilitaram a exploração em larga escala. Viabilizou-se a exportação e, conseqüentemente, houve uma aceleração no processo de desmatamento. A mata passou a ser vista com um viés econômico, colocando a Mata Atlântica em ameaça de extinção. “Foi dessa maneira que o oeste do estado perdeu grande parte da floresta de araucária” (SILVA, BRANDT, MORETTO, 2017, p. 196).

Entretanto, o período entre 1950 e 1967 é marcado por modificações na estrutura econômica da região: a indústria madeireira declinou nos anos que seguiram o final da Segunda Guerra Mundial e uma nova forma de organização produtiva precisou ser construída para dar continuidade ao processo de desenvolvimento iniciado em 1917 com a criação do município. Corazza (2016) observa que o desenvolvimento da agricultura foi importante para a região oeste catarinense no que tange acumulação de capital e desenvolvimento. A agricultura familiar difere-se, já que contribuiu decisivamente para a formação do capital e posterior transformação em capital industrial. Os primeiros colonos dedicados à pequena agricultura familiar

começaram a desenvolver atividades agropecuárias, em especial a produção de trigo, milho e especialmente de suínos. Na esteira da criação de suínos se desenvolverão outras atividades, e foram fundados os primeiros frigoríficos (CORAZZA, 2016, p. 305).

É importante destacar que a criação de porcos era “compatível com a dimensão média das propriedades dos colonos” (MORETTO; BRANDT, 2019, p. 234). Sendo assim, além da criação dos porcos, era comum encontrar nas propriedades a plantação do milho, que servia tanto para consumo como para a criação dos animais. Moretto e Brandt (2019) destacam que a criação de suínos e a produção do milho foram as responsáveis pelo crescimento econômico do oeste catarinense. Sendo assim, a região vai se destacando no contexto nacional e superando outras cidades, como Joaçaba. Em 1960, por exemplo, Joaçaba tinha uma população de 34.088 habitantes, e Chapecó, 52.089. Em 1970, Joaçaba passa a ter 20.749, e Chapecó, 49.865. Essa queda deu-se devido ao desmembramento ocorrido na região na década de 1960. Contudo, Chapecó tem uma queda inferior a Joaçaba (IBGE, 1973). Esses dados apontam o crescimento e o destaque que a cidade de Chapecó estava alcançando em comparação a outras cidades da região.

Interligado com o contexto nacional, o crescimento industrial de Chapecó especializou-se, e foi sendo necessário fornecer aos produtores inovações relacionadas ao beneficiamento da produção, como rações, medicamento e genética. Até 1950, produtos alimentícios de uso doméstico, como a banha de porco, o leite e seus derivados e o salame, serviam majoritariamente para consumo familiar ou de trocas, mas passaram a ser industrializados e formaram um complexo de porte nacional. Em poucos anos, aqueles que não se adaptaram ao modelo agroindustrial, incentivado pelo estado, foram sendo excluídos dos financiamentos. No discurso do desenvolvimento estava presente um agricultor que receberia incentivos e, por isso, havia de ser um dos responsáveis pela sustentação da economia do país (SILVA; BRANDT; CARVALHO, 2015).

De acordo com Testa et al. (1996), a pecuária, a extração da erva-mate e o setor agroindustrial marcam o setor econômico da região. Estes contaram com a atuação de setores públicos e privados, contribuindo para o crescimento econômico. Para isso, foram necessários vários auxílios, como de financiamentos, serviços de pesquisa, assistência técnica e ações que apoiassem o desenvolvimento, como a construção de infraestrutura (TESTA et al., 1996, p. 23).

Muraro (2015), quando se refere à vinda de migrantes, destaca que esses colonos, ao se estabelecerem nessa região entre 1950 e 1980, transformaram a paisagem. As atividades ligadas à exploração madeireira e à agricultura praticamente extinguíram as florestas,

substituídas pelas plantações de milho, feijão, fumo, soja e outras culturas, além de atuarem na criação de suínos e aves (MURARO, 2015, p. 176). Essas alterações afetaram também o modo de vida das populações caboclas e indígenas, dificultando os recursos para a sobrevivência e preservação dessas culturas.

Conforme Silva (2001), no oeste de Santa Catarina, a agricultura era vista como uma forma de desenvolvimento não somente do estado, mas, sim, do Brasil. Para isso, além de investir em insumos e na mecanização do campo, era necessário convencer os agricultores como sendo os sujeitos capazes de realizar esse processo de modernização. Sendo assim, seria preciso realizar mudanças nos hábitos de produção para, então, se consolidar o desenvolvimento desejado para a economia catarinense e do país. Isso era feito por meio dos discursos que legitimavam a região oeste como celeiro e o campo como o lugar privilegiado para proporcionar o desenvolvimento. A agricultura em grande escala trouxe mudanças aos ecossistemas do planeta. Nos séculos XVIII e XIX, a estrutura dos sistemas agroecológicos começaram a mudar radicalmente. Nesse sentido, Worster (2003) denomina o período de era “da grande transformação” e destaca não ter um quadro completo sobre onde os fatores ecológicos possam ter desempenhado um papel causal na grande transformação. Uma das características dessa grande transformação foi a inserção dos maquinários

Para pensar como se dá o desenvolvimento agrícola, podemos tomar como exemplo o município de Chapecó. Com o avanço da agricultura e o desenvolvimento da região oeste catarinense, nota-se que a população de Chapecó em 1970 correspondia à 11,2% da população da região oeste catarinense, composta, então, de 34 municípios, representando 50.117 habitantes. Em 1960, Chapecó teve um crescimento absoluto de 70% em sua população, partindo de 29.555 habitantes, a maior parte devido ao contingente imigratório de pessoas que viam na capital oestina uma nova fronteira agropecuária e industrial (PROJETO CHAPECONENSE DE DESENVOLVIMENTO, 1973).

O Projeto Chapecoense de Desenvolvimento, aprovado para a década de 1970, foi uma proposta de campanha da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no pleito municipal de 1972, em que foi eleito o prefeito Altair Wagner. O projeto é assinado pelo economista Antônio Lubi e apresentado para o presidente da câmara de vereadores e a todos vereadores da Casa Legislativa, como porta-voz do Poder Executivo, pela necessidade de modernizar Chapecó nos anos de 1973-1976, os quais correspondem ao mandato do prefeito. Estava ligado diretamente com recursos da Ação Catarinense de Desenvolvimento do Governo Collombo Salles e ao Projeto Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo do Presidente Médici. De acordo com o projeto, o desenvolvimento do município só seria alcançado mediante apoio

de todos os cidadãos. Nesse sentido, propunham-se mudanças no âmbito político, social e econômico (PROJETO CHAPECOENSE DE DESENVOLVIMENTO, 1973, p. 2). O objetivo era desenvolver a região com argumentos como: Chapecó apresentava na zona urbana em 1970 um número de 18.973 habitantes, sendo que em 1960 eram 8.465, ao mesmo tempo que na zona rural em 1970 haviam 31.144 habitantes, e anteriormente, em 1960, eram 21.090 habitantes. A atividade agropecuária constituía-se como base econômica do município. A atividade agrícola era caracterizada pelas lavouras de milho, feijão, trigo e soja. A pecuária, pela suinocultura e avicultura. Os dados apresentados pelo projeto apontam para o aumento da produção e desenvolvimento da região usando da capacidade máxima de produção. No setor de urbanização, Chapecó tinha uma taxa de crescimento de 41%, sendo que a taxa do estado era de 42%. O desenvolvimento era medido pela procura de indústrias para se instalarem na cidade. O projeto aponta que algumas das maiores indústrias do país estavam na região, fazendo o aproveitamento de produção suinícola e avícola. Além disso, o documento mostra a necessidade de uma campanha de aumento da produtividade agrícola, já que nesse item os índices deixavam a desejar.

Todos os fatores acima apontados justificavam a produção de um grande projeto de reforma e planejamento devido ao processo de desenvolvimento em que se encontrava a região. Desenvolvimento este que era impositivo pelas circunstâncias de expansão demográfica, do processo de urbanização e da formação de um proletariado urbano crescentemente escolarizado.

A sojicultura no Projeto de Desenvolvimento de Chapecó 1973 tinha pouca importância econômica, sendo motivo de preocupação e merecedora de cuidados especiais de técnicos competentes, pensando na instalação de indústrias que pretendiam realizar a extração e o refinamento de oleaginosos em geral. Para alcançar o desenvolvimento adequado para a agricultura, visava-se repassar a minicooperativas de agricultores parcelas dos financiamentos de maquinário que atendiam a interesses de grupos. Conjuntamente, seria realizado um trabalho de atendimento de campo. O objetivo era, então, por meio de técnicos responsáveis, chegar até os produtores rurais para aumento dos índices de produtividade preconizados para o período (PROJETO CHAPECOENSE DE DESENVOLVIMENTO, 1973, p. 30). Sendo assim, intensificam-se os incentivos governamentais para que a região pudesse chegar a um patamar de produção agrícola o qual se acreditava ser possível de alcançar por meio do Projeto. No capítulo a seguir, buscamos analisar como a soja se insere nesse processo de modernização da agricultura, ocupando, muitas vezes, um papel de protagonista. E principalmente, buscamos

ponderar como as modificações ambientais são reflexo da modernização promovida pela Grande Aceleração.

3 A SOJICULTURA E A GRANDE ACELERAÇÃO CHEGAM NO OESTE CATARINENSE: MODERNIZAÇÃO E MONOCULTURA

Todo o processo de inserção da sojicultura no oeste de Santa Catarina perpassa o uso mais intenso dos recursos naturais. A partir de 1940, são realizados investimentos, como a abertura de estradas, aquisição de locais de armazenamento, incentivos à produção com fornecimento de crédito, entre outros fatores que proporcionarão a produção de produtos destinados à produção de excedentes, entre eles a soja. A partir dos investimentos que se intensificam no período pós-Segunda Guerra Mundial, a agricultura passará a atender às necessidades que o mercado propõe. Os agricultores que produziam para sua sobrevivência não corresponderão às necessidades que eram lhes impostas, passando a ser improdutivos nesses moldes. Neste capítulo buscamos, então, refletir sobre as modificações ambientais causadas pelo processo de modernização da agricultura e, principalmente, como a soja se insere no contexto da Grande Aceleração.

3.1 A GRANDE ACELERAÇÃO NA LITERATURA

O movimento que ocorreu na região oeste de Santa Catarina, apresentado no capítulo anterior, visava ao investimento em maquinários, insumos, adesão ao crédito agrícola, conjuntamente com todo um trabalho de assistência técnica, fazendo com que todos os movimentos em busca do desenvolvimento da região chegassem até os produtores rurais, a fim de aumentar os índices de produtividade preconizados para a região. O Projeto Chapecoense de Desenvolvimento foi uma resposta política e técnica aos desafios do tempo e do espaço territorial aos municípios do extremo oeste catarinense. O destaque dado no projeto era a técnica de aceleração do processo de desenvolvimento, desenvolvimento este que era percebido devido à expansão demográfica, à urbanização e à formação de um proletariado urbano crescentemente escolarizado (PROJETO CHAPECOENSE DE DESENVOLVIMENTO, 1973).

Esses fatores, como o crescimento da população, o aumento da produção agrícola, aumento da utilização de insumos, inserção de maquinários, o aumento na produção de plástico, assim como o uso mais intenso dos recursos ambientais, marcam o início de um forte impacto da ação humana no ambiente do planeta, descrito por Mcneill e Engelke (2016) como Grande Aceleração.

O conceito é defendido pelos autores para marcar o período que vem desde o final do século XIX sendo marcado por fenômenos que indicariam essa nova época. Sendo assim, os efeitos da Grande Aceleração estariam vinculados a alguns pontos principais, como: aumento da população, urbanização, migração, clima e energia. A partir desses pontos e das mudanças perceptíveis principalmente nesses aspectos, seria possível ter evidências de que a partir de 1950 ocorreram mudanças em alto nível no ambiente do planeta.

De acordo com Pádua (2015), essa nova época, na qual o ser humano impacta fortemente o ambiente do planeta, pode ser visualizada em algumas etapas dentro do Antropoceno.¹⁰ A primeira delas seria a Era Industrial. Para essa grande transformação, foi necessária a expansão do uso de combustíveis fósseis. A expansão, especialmente do carvão e do petróleo, permitiu a expansão das forças produtivas, aumentando o consumo de energia. Isso ocasionou o crescimento da população, das estruturas urbano-industriais e do consumo dos recursos naturais (PÁDUA, 2015, p. 71).

Uma segunda fase definida por Pádua seria por volta de 1945 e que ainda estaria em vigência, a chamada Grande Aceleração, marcada pelo período pós-Segunda Guerra Mundial, com a difusão de tecnologias inovadoras e a explosão do consumo em massa de automóveis, telefones, televisores, computadores, celulares, enfim, de mecanismos tecnológicos que difundiram o consumo em grande escala. Alguns dos indicadores dessa Grande Aceleração já foram discutidos: seria a Grande Aceleração uma etapa dentro do Antropoceno, marcada por um conjunto de mudanças radicais (PÁDUA, 2015, p. 73).

Os anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial marcam o favorecimento do comércio, das comunicações e da tecnologia, e isso contribuiu de forma incisiva para o rápido crescimento das cidades. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a uma crescente urbanização. A percentagem da população mundial a viver nas cidades saltou drasticamente, de 29% em 1950 (730 milhões de pessoas) para um pouco mais do que a metade

¹⁰Santaella (2015) define o Antropoceno como um período marcado por um regime de mudança na atividade das sociedades industriais. Teve início na virada do século XIX e provocou rupturas globais no sistema da Terra, em uma escala sem precedentes na história da humanidade. Ou seja, causou mudanças climáticas, perda da biodiversidade, poluição dos mares da terra e do ar, depredação dos recursos (CARTOGRAPHY, 2013, in SANTAELLA, 2015, p. 48). De acordo com Santaella, em 1870, “o geólogo italiano Antonio Stoppani propôs que o ser humano introduziu uma nova época na biosfera, que ele chamou de Antropozóica, no sentido de que as atividades humanas no planeta gradativamente se transformaram em uma força morfológica e geológica”. Décadas depois, em 1926, o geólogo russo V. I. Vernadsky reconheceu o poder crescente do humano sobre a biosfera. Nos anos 2000, a denominação de Antropoceno foi proposta por Paul Z. Crutzen, prêmio Nobel em 1995 por seu trabalho sobre química atmosférica, e por Eugene F. Stoemer, em uma publicação do International Geosphere-Biosphere Programme. Vale ressaltar que nas últimas décadas criou-se o consenso entre os cientistas de que a biosfera deixou de se comportar dentro dos padrões do Holoceno, havendo alterações na atmosfera, no clima, nos oceanos e no ecossistema (SANTAELLA, 2015).

em 2015 (cerca de 3,7 milhões de pessoas). Esse foi um dos sinais característicos do Antropoceno.

O aumento na população urbana e das cidades exigiu recursos naturais em maior quantidade do meio que cerca esses espaços. McNeil & Engelke (2014) definem que vivemos em um planeta urbano. Dados de 2008 destacam que, nas Nações Unidas, mais de 50% dos seres humanos viviam em cidades. Isso significa uma mudança na história da humanidade. O fenômeno da urbanização não ocorreu de forma isolada. O que se pode perceber é que ocorreu por diferentes motivos, de forma global. A problemática da urbanização é embasada na medida em que a existência de um número maior de cidades forçou um aumento na obtenção de recursos naturais. Esses recursos tiveram seus acessos liberados em espaços que não obedeciam às fronteiras. Após a Revolução Industrial, por exemplo, exigiu-se maior quantidade de energia, inicialmente para as fábricas, mas posteriormente para atender às necessidades urbanas (MCNEIL; ENGELKE, 2014, p. 103).

O aumento no consumo de energia fez com que surgissem outros recursos capazes de atender a essa demanda. Esse é o caso do carvão e, posteriormente, do petróleo, ou ainda, já no século XX, dos recursos de eletricidade de centrais nucleares e hidroelétricas. Esse consumo gera resíduos. Nesse sentido, McNeil & Engelke (2014, p. 105) defendem que o aumento da urbanização teve impacto no planeta, na qualidade do ar, na qualidade da água, na utilização da terra e nas características do solo. As terras agrícolas ocupam lugares de florestas para alimentar cidades em crescimento. O crescimento urbano tem efeitos dramáticos.

McNeill e Engelke (2016), quando abordam as mudanças históricas ocorridas no planeta, destacam que estamos na era Cenozoica, período Quaternário, na época do Holoceno. A visão defendida pelos autores é a de que essa época – Holoceno – encerrou-se, e iniciou-se uma nova época a partir da Grande Aceleração, definida pela alta influência do homem no sistema de governança da Terra. Conforme os autores apresentam no livro *The Great Acceleration: An environmental History of the Anthropocene Since 1945*, o conceito é válido. Além disso, argumentam que a escala e o âmbito da mudança ambiental alteraram os ciclos biogeoquímicos básicos ao ponto de a Terra ter entrado em um novo período da sua história: o Antropoceno (MCNEILL; ENGELKE, 2016). “Desde os anos 80, alguns pesquisadores começam a definir o termo Antropoceno como uma época em que os efeitos da humanidade estariam afetando globalmente nosso planeta” (ARTAXO, p. 15, 2014). Dedicamo-nos aqui em compreender dentro do Antropoceno como a Grande Aceleração impactou o ambiente.

Pensar na Grande Aceleração engloba a integração de conceitos que permeiam o tema, como os já apresentados da modernidade, do capitalismo e da civilização urbano-industrial.

Contudo, o conceito de Antropoceno inicialmente apresentado por Paul Crutzen no ano de 2000 define-se como o conceito mais influente para se pensar a intensidade ambiental dessa transformação histórica (PÁDUA, 2015). Crutzen argumenta que no início do regime de energia combustível fóssil na década de 1780, o uso do carvão estava tendo um papel cada vez maior nas tecnologias da economia mundial. Uma nova demanda de energia levou à exploração de outros combustíveis fósseis, como o petróleo e o gás natural. A história moderna desenvolveu-se no contexto de energia, com o crescimento exponencial no uso de energia. Na década de 1890, metade do uso global de energia veio na forma de combustíveis fósseis, e em 2015, essa participação subiu para quase 80% (MCNEILL; ENGELKE, 2016).

Desde os anos 2000 e da primeira formulação do conceito de Crutzen, versões rivais do Antropoceno surgiram. Dependendo dos critérios que alguém deseja enfatizar, podem-se encontrar razões para datar o Antropoceno de 1610 a 1492; outros, de 7 mil anos atrás, 12 mil até 15 mil anos atrás, ou a partir do controle humano sobre o fogo, que pode chegar a 1,8 milhão de anos atrás. Ou como definem McNeill e Engelke (2016), com uma data mais recente para o início do Antropoceno. Essas razões, em resumo, são, primeiro, que desde meados do século XX a ação humana (não intencional) tornou-se o fator mais importante que rege os ciclos biogeoquímicos cruciais, o ciclo de carbono, o ciclo de enxofre e o ciclo de nitrogênio. Esses ciclos formam uma grande parte do que hoje é chamado de “sistema terrestre”, um conjunto de processos interligados em escala global. A segunda razão é que, desde meados do século XX, o impacto humano na Terra e na biosfera, medido e julgado de várias maneiras diferentes, foi escalonado.

Nos fins dos anos 1960, a percepção sobre o impacto humano no planeta e os problemas ambientais começam a ser discutidos em partes diversas do planeta. Inicialmente, o debate pode ser tratado como uma consequência do avanço da modernização urbano-industrial em diferentes países e no comércio. Contudo, com o passar das décadas, torna-se mais claro que a questão ambiental, em suas diferentes manifestações, emergiu na sequência de uma “grande transformação” na história da humanidade.

Pádua (2015) acrescenta que vários historiadores utilizam diversos conceitos para se pensar na “grande transformação”. O conceito de Antropoceno, contudo, tornou-se o conceito mais influente para pensar a intensidade ambiental dessa transformação. A partir do conceito de Antropoceno, várias mudanças, “problemas ambientais” das últimas décadas, indicariam um novo período histórico, uma mudança dos seres humanos na Terra (p. 1).

A história do Antropoceno como período histórico precisa ser analisada no contexto de cada país. No Brasil, “a análise precisa abranger pelo menos três tipos de ligações”: primeiro,

o nível de participação das sociedades nacionais nos distintos padrões de produção e consumo do Antropoceno como período histórico. Segundo a construção de cada sociedade nacional, especialmente dos seus intelectuais e cientistas, nas formulações dos tipos de conhecimentos e ideologias que constituem o que se poderia chamar a “cultura antropocênica”. E, por fim, o papel de cada economia nacional como fornecedora de recursos humanos e naturais para permitir a inserção de outros países e regiões nos padrões de produção e consumo do Antropoceno.

No caso do Brasil, por ser um território continental extenso e também rico em recursos naturais renováveis, Pádua (2015) destaca ser importante notar o desenho ecológico desse território a fim de compreender alguns aspectos da sua história. Por isso, seu questionamento inicial é: como pode um país com tal expressão territorial ser pensado no contexto das três etapas do Antropoceno mencionadas? Evidentemente que a dimensão ambiental não pode ser exclusiva. As dimensões cultural e socioeconômica são também essenciais, inclusive porque o território de um país não existe por si só, mas, sim, como resultado de interações complexas e diversificadas de movimentos sociais e naturais ao longo dos tempos. A velocidade das transformações socioeconômicas e ecológicas vividas pelo Brasil nas últimas décadas, no contexto da Grande Aceleração, é também notável. Uma história abrangente, embora sintética, do país, baseada nas três fases do Antropoceno, poderia demonstrar a relevância de pensar as histórias nacionais em uma perspectiva planetária (PÁDUA, 2015, p. 11).

Quando tratamos de aspectos sociais e ambientais no Brasil, as mudanças mais perceptíveis ocorrem a partir de 1945. Entretanto, é importante destacar que as bases para que isso fosse possível já estavam se estabelecendo desde as primeiras décadas do século XX com a abolição da escravatura, processo que acelera a imigração. Em 1950, o Brasil tinha 5,9 milhões de habitantes, com uma expectativa de vida de 43 anos e uma taxa de analfabetismo de 50,6%. A urbanização era de 36,2%. Quando comparados os números com o ano de 2014, é notável a velocidade da transformação: 199 milhões de habitantes, com uma expectativa de vida de 73,4 e uma taxa de analfabetismo de 9,02%. A urbanização encontrava-se com uma taxa de 84,3% (PÁDUA, 2015, p. 23).

Contudo, os aspectos culturais e políticos também têm relevância. As novas classes médias urbanas desejam uma modernização. A vida intelectual e científica tornou-se mais viva, com inovações artísticas vibrantes e debates políticos que expunham a letargia das oligarquias rurais. Essa percepção tornou-se mais forte com a crise das exportações de café no início da década de 1930, relacionada com o crash da Bolsa de Nova Iorque em 1929. O crash, bem como outros episódios de superprodução de café e a consequente queda no preço internacional

da mercadoria, evidenciaram a vulnerabilidade de uma economia dependente de monoculturas de exportação. A revolução política de 1930, com uma forte participação militar, gerou uma ação mais forte e mais centralizada do Estado nacional em favor do crescimento urbano-industrial.

No período pós-Segunda Guerra Mundial, mesmo considerando as oscilações conjunturais, incluindo momentos de alta inflação ou estagnação econômica, a história do Brasil foi marcada por uma ligação crescente ao mundo da Grande Aceleração. No contexto internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, o aumento da disponibilidade de crédito estrangeiro fez com que muitos estadistas se voltassem para o sonho do desenvolvimentismo. No Brasil, o presidente Juscelino Kubitschek, que governou de 1955 a 1960, tinha o slogan que põe em poucas palavras a sedução ideológica da época: avançar cinquenta anos em cinco. O Brasil tinha recursos naturais, um mercado consumidor crescente (especialmente nas cidades), mão de obra abundante e barata e um território continental a ser explorado. A presença de empresas transnacionais, associada à iniciativa do Estado, e de empresas nacionais catalisou um processo de crescimento intenso. Anos depois, com a Ditadura Militar (1964-1984), esses processos atingem níveis ainda maiores (PÁDUA, 2015, p. 25).

Como resultado ao processo de desenvolvimento, encaminhou-se o processo de expansão agrícola combinada com as inovações tecnológicas advindas do período pós-guerra. Nota-se, por exemplo, o aumento da emissão de dióxido de carbono, decorrente do aumento do desmatamento e das queimadas, que decorrem do processo de expansão da agricultura (RADIN; SILVA, 2018, p. 412).

Percebe-se que a intensificação da produção agropecuária nos campos e nas savanas que compõe o cerrado brasileiro é essencial para analisar os processos de introdução de tecnologias e infraestruturas que formaram a Grande Aceleração no Brasil, sendo importante pensar também nas concepções dessas modificações, a circulação e seus pontos de inflexão: os projetos migratórios, a difusão das técnicas e tecnologias em fertilização dos solos e a sojicultura são amostras fundamentais dessa história. Por fim, nessa experiência, identifica-se uma contribuição essencial para o debate sobre como os sistemas locais induzem mudanças ambientais em escala ampla, global, tanto nos ecossistemas quanto na maneira de utilização de recursos. Nesse quesito, a Grande Aceleração nos cerrados e sua profunda ligação com o avanço da agropecuária geraram singularidades que não se resumem apenas a esses territórios, pois se transformaram em programas de intensificação agrícola “exportados” para Paraguai, Indonésia, El Salvador ou Moçambique: um sistema de trocas desigual, em que o Estado brasileiro, organizações internacionais e representantes do *agrobusiness* industrial promovem

acordos de cooperação técnica permeados por políticas de desmatamento, pelo uso de agrotóxicos em larga escala e pela intensificação da monocultura (RADIN; SILVA, 2018, p. 413).

No processo de expansão agrícola, os agricultores da região Sul do Brasil eram os preferidos pelos colonizadores, pois dominavam a tecnologia da soja e tinham equipamento, assim como um pequeno capital para iniciar. Entretanto, essa intensificação das modificações influenciadas pela migração sulista é abordada de forma crítica por populações locais, inclusive alçando sobre esses imigrantes, por vezes, a alcunha de “gafanhotos” do sul, em função da devastação ambiental intensificada desde a sua chegada.

É importante destacar que, nesse projeto do Brasil desenvolvido pelo Estado, entre as décadas de 1960 e o final da década de 1970, o agricultor tradicional e pobre já não se encaixava mais. Assim, dava lugar a um produtor moderno, rico e empreendedor. No contexto de reorganização da estrutura de produção agropecuária com grande interferência em termos de cooperação técnica internacional durante a ditadura militar, “a única agricultura desejável era aquela que estivesse orientada para a produção de excedentes para o mercado” cada vez mais globalizado, com intensa utilização de insumos, maquinários, equipamentos modernos que eram incentivados e financiados pelo estado, fornecendo também o acompanhamento técnico (KLANOVICZ, 2014, p. 7).

Dentre os grupos que se esforçavam em reproduzir as manifestações dos discursos modernizantes da agricultura apresentados pelo Estado brasileiro, os descendentes de imigrantes italianos, alemães e em menor escala de poloneses assentados no Rio Grande do Sul desde a segunda metade do século XIX chamaram a atenção dos governos locais e nacional como um grupo social que rompeu com o “atraso” e a “pobreza” (SILVA, 2015). Nesse sentido, as políticas adotadas pelos governantes, como o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II, 1974-1979), e as políticas de crédito para aquisição de terras, maquinários e insumos eram políticas que visavam alcançar esses grupos considerados aptos para modernizar a agricultura brasileira. Dentre todos cultivares, presentes tanto no imaginário social quanto nas estatísticas econômicas, um determinado grão destaca-se na história da ocupação agrícola do cerrado e contribui substancialmente para o aumento dos fatores ligados à Grande Aceleração: a soja (RADIN; SILVA, 2018, p. 431).

A transformação de terras improdutivas em terras agricultáveis acelerou o processo de ocupação e de modificação do ambiente, favorecendo a intensificação dos processos de urbanização e o avanço da fronteira agrícola, principalmente após a década de 1970. Uma vez que o avanço da fronteira em direção aos cerrados é anterior ao início da Segunda Guerra

Mundial, exemplificado por meio de programas de Estado como a Marcha para o Oeste durante o Estado Novo (1937-1945), podemos destacar três fatores os quais foram fundamentais para essas mudanças: primeiro, as pesquisas e os experimentos em fertilidade dos solos. Segundo o processo migratório de agricultores provenientes da região Sul do Brasil. E, por fim, a introdução e adaptação de variedades de plantas (SILVA, 2018, p. 417).

Nesse cenário, os produtores do Sul e a soja destacaram-se como personagens fundamentais. A expansão agrícola em direção ao cerrado deu-se a partir da criação de uma elite de produtores rurais originários da região Sul. Esse grupo também impulsionou o plantio em larga escala em várias regiões do Brasil. Entre um imaginário social e político, o agricultor do Rio Grande do Sul foi o preferido pelos colonizadores, tendo em vista que já dominava a tecnologia da soja e tinha um pequeno capital inicial (SILVA, 2018, p. 426).

3.2 AS MODIFICAÇÕES AMBIENTAIS COMO REFLEXO DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO

O processo colonizatório adotado pelo estado catarinense, o qual apresentamos nos capítulos anteriores, pode ser definido como marca importante na intensificação do desmatamento das nossas florestas. Anos após a ocupação definitiva do território pelas novas populações de habitantes que se iniciou em 1920, com o desenvolvimento da agricultura em maior escala e pelo desenvolvimento da agroindústria, marca a antropização, a qual denominamos como a fase do Antropoceno e das Grandes Acelerações, já que, como vimos no tópico anterior, definimos Grande Aceleração como o período de grandes mudanças ambientais como reflexo das atividades humanas, ou seja, um período na história em que o ser humano afeta e altera fortemente o ambiente do planeta. Sobretudo, é a partir de 1960 que essas mudanças impactarão mais fortemente a região, acompanhadas de uma exploração intensiva do solo, com a utilização de maquinário, pesticidas e todo um conjunto de modernizações, indicada após a Segunda Guerra Mundial.

Como consequência desse impacto, temos a difusão de tecnologias, consumo em grandes quantidades, aumento da população, difusão de insumos, ou seja, vários fatores nos quais são perceptíveis um conjunto de mudanças radicais (PÁDUA, 2015, p. 73). Neste tópico, nos dedicamos à análise de como a região oeste de Santa Catarina insere-se no contexto das Grandes Acelerações.

Para tanto, destacamos que, desde a primeira década do século XX, a paisagem da região oeste catarinense é transformada em maior escala, devido principalmente ao modelo de

colonização adotado. E dando sequência a esse modelo, após os anos 1950, tal paisagem foi marcada pelo desmatamento e pela gênese da agroindústria. A agroindústria é responsável pela organização econômica dos três estados da região Sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Também é responsável pela intervenção antrópica sobre a natureza, dado que, para o desenvolvimento da agroindústria, era necessária a produção agropecuária. Por isso, foi o setor responsável pelo estabelecimento das formas de cultivo, de influenciar no aumento das áreas de produção, introduziu novas sementes e espécies de animais e, conseqüentemente iniciou um grande impacto ambiental (SILVA; BRANDT; MORETTO, 2017, p. 203).

De acordo com Silva (2001), o período pós 1950 coincide também com a elaboração de planos de desenvolvimento, presentes nas décadas de 60 e 70 do século passado no Brasil inteiro, os quais visavam o aumento na produção agropecuária. Em Chapecó, o Projeto Chapecoense de Desenvolvimento, mesmo voltado para o desenvolvimento urbano, previa para a agricultura a criação de um Fundo de Mecanização Agrícola. Para isso, aliava-se ao Projeto Chapecoense do Desenvolvimento um projeto que visava o aumento da produtividade, Fundo do Desenvolvimento da Produtividade–FUNDEPRO. Esses projetos somam-se aos objetivos que eram impostos no país todo, na necessidade de alcançar os índices de produtividade preconizados para o período (SILVA, 2001, p. 72).

Uma ideia que marcou essas décadas era a de que a agricultura seria a base do desenvolvimento não só da região oeste de Santa Catarina, mas também do Brasil. Silva (2001) destaca que, com isso, surge um discurso que visava a utilização de técnicas e tecnologias modernas, somado a outras falas que colocavam a região oeste com vocação de celeiro, e o agricultor como sujeito responsável por esse processo. A agricultura era, então, representada como sinônimo de modernidade (SILVA, 2001, p. 69).

Para isso, foi necessário o desenvolvimento de objetivos pautados em planos de políticas públicas (apropriação da extensão rural pelo Governo Federal em 1956), assim como em métodos para modificar os hábitos dos agricultores, que eram considerados atrasados ou primitivos, por hábitos mais modernos (SILVA, 2001, p. 73). Mas para além da modificação de técnicas aplicadas na agricultura, o processo de modernização do setor acarretou mudanças socioeconômicas. Modernizar a agricultura era parte de um projeto de desenvolvimento nacional em que, por meio da agricultura moderna, visava-se aumentar a produtividade do campo e, com isso, fomentar a indústria de insumos necessários para suprir o aumento na produtividade, assim como fornecer divisas ao país por meio de exportações. Para isso, o estado brasileiro financiou máquinas e insumos e estabeleceu convênios de cooperação técnico-científica (MATOS; MARAFON, 2020).

Esse projeto insere-se no contexto brasileiro no ponto que desde o final da década de 1950 as relações de trabalho no campo são foco de discussão com pautas voltadas para a reforma agrária e a integração de trabalhadores rurais. Em 1964, com o golpe militar, essas pautas são deixadas de lado para focar no desenvolvimento de políticas agropecuárias que eram voltadas para a modernização agropecuária, para a produção em larga escala e integração do setor agrícola com o crescimento industrial (ROSSONI; MORAES; CATTELAN, 2020, p. 32).

Nesse sentido, foram realizados vários esforços para incentivar o processo de modernização. Como exemplo podemos citar políticas de expansão do crédito rural, de incentivo à pesquisa e serviços de extensão e assistência rural. Uma forma de colocar em prática as políticas de extensão rural foi a criação dos Clubes 4-S,¹¹ os quais buscavam atingir os jovens que estavam sob o influxo da herança cultural dos pais, que geralmente era constituída por esse modelo primitivo.

No oeste Catarinense, os clubes tiveram papel fundamental à medida que serviram de espaço educativo para os jovens agricultores, no qual foram difundidas práticas de modernização da produção, usando sementes transgênicas, fertilizantes, defensivos agrícolas e tratores. Silva (2010) destaca que, concomitantemente com a difusão dos 4-S, no oeste Catarinense é criada a CooperAlfa. A cooperativa interfere na maneira como ocorriam as compras e vendas de produtos dos camponeses. A CooperAlfa torna-se responsável pelo monopólio da compra de produtos para com os agricultores. Sendo assim, se antes a venda era feita por vários comerciantes, agora passa a ser exclusiva e, com isso, também abre mercados nas áreas rurais. Portanto, a venda de produtos não é paga em dinheiro, e sim com os produtos que os agricultores vão consumindo ao longo do ano. Esse processo fazia com que os agricultores se endividassem, de modo que se esforçam para cada vez entregarem mais produtos, sobrecarregando o trabalho e o uso da terra, que passava a contar com cada vez mais insumos químicos (SILVA, 2010, p. 39).

Essas estratégias para chegar até o agricultor marcam esse período caracterizado pela modernização da agricultura brasileira. Por isso, fez-se uso de instrumentos como o fornecimento de crédito subsidiado, assim, a partir desse benefício, foi possível a adoção de novas técnicas. Isso resultou na alteração das formas de produzir e nas relações do setor com

¹¹ Os Clubes 4-S, que tem por significado “Saber para Sentir, Saúde para Servir”, são um exemplo de iniciativa do Estado que, por meio da Associação de Crédito e de Extensão Rural de Santa Catarina (ACARESC), promoviam atividades de extensão rural com foco principal nos jovens. As atividades dos 4-S começaram na década de 1950, contudo, alcançaram seu auge durante o Regime Militar. Objetivava-se a construção de um jovem rural disciplinado e alinhado aos interesses do país e com o processo de industrialização. Ao final dos anos 1980, as atividades dos grupos começam a cair (SILVA, 2010, p. 38).

os outros segmentos da economia. O resultado foram as inovações tecnológicas como a mecanização e a introdução de insumos industrializados, que favoreceram essencialmente produtores modernos e utilizadores dessas tecnologias, privilegiando grandes produtores em detrimento de pequenos (SOUZA; LIMA, 2003, p. 796), conforme podemos ver na Figura 6, em que a modernização da agricultura caracterizou-se pelo crescimento da relação capital/trabalho e aumento da exploração extensiva da terra.

Figura 6 - Início da colheita de soja em Campo Erê, década de 1970



Fonte: acervo pessoal de Mario Kreutz.

Na Figura 6, a modernização da agricultura está sendo representada pelo maquinário moderno que dará início à colheita de soja em Campo Erê. Com a introdução de maquinários mais modernos e, conseqüentemente, o aumento na utilização de insumos, é possível notar o aumento na produção de soja e também o crescimento da exploração extensiva da terra. Na imagem, por exemplo, é possível observar uma grande extensão de terra cultivada. Em contrapartida, há poucos pontos com concentração de mata. Também é possível fazer uma análise das características da introdução do cultivo da soja. Devido à demanda de maquinários, a produção era exercida em sua maioria em terras planas, as quais possibilitavam a introdução das máquinas.

Os anos que antecedem a alta na produção de soja são demarcados porque as culturas que eram desenvolvidas até então ocorriam por uma produção manual ou de subsistência.

Contudo, com o aumento no uso de tecnologias, insumos, maquinários e de um pensamento histórico de um período em que mecanizar era preciso, como vemos na representação da Figura 6, surge como destaque principalmente aos campos a soja (KLANOVICZ; MORES, 2014, p. 195).

A soja pode ser considerada como marco fundamental no processo de desenvolvimento agroindustrial do Brasil. Alguns autores colocam a sojicultura como o marco divisório, em que inicialmente a agricultura era baseada na subsistência, e depois, com a soja, houve o desenvolvimento da agricultura empresarial. Dall’Agnol coloca a soja, que inicialmente fora apoiada pelo trigo, como responsável pelo provimento da agricultura empresarial no Brasil; por apoiar o desenvolvimento da indústria nacional de maquinário agrícola e sua ampla utilização no processo produtivo; por ampliar e modernizar o sistema de transporte e armazenagem; por profissionalizar e incrementar o comércio internacional; acelerar a urbanização do país; implementar a tecnologia em outros cultivos, aumentando a produtividade (DALL’AGNOL, p. 29)

Juntamente com a introdução de uma nova forma de produzir, encontra-se a concepção de que essa nova forma era mais moderna e articulada com uma rede que envolve mais tecnologia e atrelada a um sistema de informações e uma estrutura técnica e científica com abrangência global. Em paralelo a essa nova forma que estava sendo implantada, havia, ainda, outra forma, que era a produção de maneira rudimentar, com a estrutura de uma rede mais local, que fazia uso das trocas de serviços, de sementes e de informações nas organizações próximas (KLANOVICZ; MORES, 2014, p. 187). A sojicultura impulsionou novas formas de desenvolvimento agrícola. Para isso, é importante ter a concepção de como eram as relações entre grupos humanos e não humanos no início da década de 1960, sendo importantíssimo para entendermos a dinâmica instaurada pela soja (KLANOVICZ; MORES, 2014).

A partir de 1950, mudam os produtores e as técnicas de cultivo, vinculado aos projetos voltados para uma produção agrícola de grande porte. Nesse sentido, a região Sul do Brasil ocupou espaço fundamental à medida que recebeu os efeitos do rápido crescimento industrial brasileiro e

passou a conviver com a reprodução das mudanças nas condições internas do processo agrícola e das relações entre agricultura e demais setores da economia, especialmente com o estabelecimento de complexos agroindustriais (uma técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a própria agricultura e as agroindústrias processadoras (KLANOVICZ, 2014, p. 128).

A compreensão de que a agricultura deveria ser moderna e teria para isso a impulsão e adoção de medidas políticas governamentais que explorassem ao máximo essa essência perpassava pela identificação da vocação agrícola do Brasil com vistas para o desenvolvimento. Nesse processo de construção de uma nação agrícola moderna, a preocupação com o desenvolvimento tecnológico da agricultura superou e foi escolhido como referencial único para a expansão da produtividade no país, em detrimento de outras escolhas, tais como a reforma agrária, a qual ficou de lado (LOHN, 1997).

Por isso, vários setores sociais realizaram o esforço de reproduzir manifestações dos discursos que privilegiavam a modernização da agricultura. A agricultura desejada era aquela que estivesse orientada para a produção de excedentes para o mercado com o uso de insumos e máquinas modernas financiadas pelo estado. Além de propagar discursos na defesa da modernização da agricultura contra a agricultura rudimentar, o ponto principal era a promoção de uma “visão tecnocrática, desenvolvimentista, elitista e militarista de agricultura moderna. As paisagens não agrícolas eram consideradas espaços improdutivos e desprovidos de cultura e de progresso, enquanto terrenos de mata derrubada e pontos para o plantio devido ao uso de grandes máquinas eram tidos como exemplo de modernidade e de industrialização da natureza” (KLANOVICZ, 2014, p. 131).

Nesse sentido, o que se percebe, de acordo com Souza e Lima (2003), é que, embora a modernização tenha se desenhado com diferentes magnitudes entre os estados brasileiros, sua evolução seguiu um padrão entre estes. Um ponto marcante dessa evolução é o aumento nos indicadores relativos ao uso de financiamentos e a quantidade de investimentos que foram destinados à agricultura até a década de 1980. Após 1980, percebe-se um declínio nesses indicadores, que possivelmente está relacionado com a queda na oferta de crédito rural e a elevação do seu custo (SOUZA; LIMA, 2003, p. 797).

Vale ressaltar também que, por maior que tenha sido o desenvolvimento econômico, o projeto de modernização aplicado na agricultura brasileira causou diversos efeitos perversos. Podemos citar a concentração de terra e da renda e o aumento no êxodo rural como expropriação dos meios de produção dos produtores rurais. Também, para aderir às novas técnicas, era necessário que os agricultores realizassem investimento, e isso se dava com o auxílio e fornecimento de crédito, deixando os produtores submissos ao capital. Sendo assim, a necessidade de uma maior rentabilidade refletia-se na exploração maior da terra e da mão de obra. Esses fatores, colocados por Rossini et al. (2018, p. 77), ilustram a degradação da qualidade de vida da população rural no Brasil.

4 SOJICULTURA NO OESTE CATARINENSE DE 1960 ATÉ 1980

Neste capítulo, nos dedicamos a analisar quais foram os incentivos governamentais para que a sojicultura obtivesse sua expansão na década de 1970 e superasse culturas que anteriormente eram produzidas em grande quantidade. Utilizamos como fontes os jornais que, como meios de comunicação, podem ser utilizados também como fonte histórica e possibilitam informações importantes para o período em questão, especialmente notícias sobre a soja. Os periódicos que circularam na região incentivavam o cultivo da soja, porém, posteriormente, essa mesma imprensa dará destaque às mudanças econômicas e ambientais causadas por um conjunto de fatores como os diferentes processos extrativistas e agropecuários.

As fontes da imprensa escrita referem-se ao final da década de 1960 até o ano de 1980. Foram levantadas e analisadas quarenta e uma notícias de quatro veículos de comunicação: Diário da Manhã, Extremo Oeste, Correio Sul e Folha d'Oeste Rural, todos salvaguardados no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina–CEOM/Unochapecó. As notícias foram analisadas separadamente, e foram selecionadas aquelas que possibilitaram discutir as questões de pesquisa propostas. Também, a partir da seleção de algumas matérias de cada jornal, foi possível perceber como a imprensa escrita do período abordado destacou notícias sobre a sojicultura e em que momento deixou de dar destaque para abordar outras produções agrícolas.

O objetivo deste capítulo é realizar uma análise utilizando os jornais como fonte, para compreender como, no período de abrangência do estudo (1960-1980), foi apresentada, discutida ou representada pela imprensa a sojicultura, assim como os aspectos que demonstrem a modificação do mundo natural. Também, como os mesmos difundiram concepções sobre tecnologias que os agricultores deveriam utilizar para melhorar suas produções e a produtividade.

4.1 OS INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS PARA O CULTIVO DA SOJA

O modelo agrícola brasileiro muito se espelha no modelo apresentado nos Estados Unidos e nas práticas extensionistas por eles empregadas. Isso porque, no período pós-guerras, a agricultura norte-americana era colocada como a mais avançada e possível de ser estendida para outros países, um discurso apoiado pelas teorias de modernização que insistiam na transformação de elites nacionais com potências para transformar seus países à imagem e semelhança dos Estados Unidos (SILVA, 2015, p. 18).

Para compreender esse processo, inicialmente precisamos entender e destacar a importância da atuação da *American International Association for Economic and Social Development* (AIA),¹² agência filantrópica que desenvolveu projetos de cooperação técnica e conservação do solo, além de programas de pró saneamento e alfabetização. No Brasil, teve sua atuação marcada em programas de assistência técnica, atuando entre 1946 e 1961 em projetos e ações à frente de agricultores e grupos sociais, tratando dos processos de modernização tecnológica e mudança cultural (SILVA, 2015, p. 25). As atribuições da AIA remetem mesmo à criação de uma rede industrial na agricultura. Era composta por empresários, agentes governamentais, professores de agronomia, extensionistas e banqueiros que tinham como propósito modernizar todo empreendimento agrícola mantendo uma filosofia com princípios da ciência e da tecnologia.

As iniciativas da AIA seriam propostas pela utilização de dois métodos, o intensivo e o extensivo. O método intensivo tinha como objetivo a melhoria do solo por meio da utilização de fertilizantes, implicando na criação de companhias que poderiam produzir, importar e comercializar esses fertilizantes. Para isso, seria necessário o incentivo capital por parte da AIA e também do governo brasileiro. O método extensivo visava a utilização dos fertilizantes no tratamento do solo, e para isso seria necessário o desenvolvimento de um trabalho de extensão rural em programas educativos que demonstrassem a utilização destes por parte dos agricultores. Com a demonstração, além do agricultor ver a forma correta de utilizar os produtos, conseguir-se-ia convencê-lo sobre as vantagens econômicas dos produtos, fazendo-os utilizar as práticas (SILVA, 2015, p. 89).

De acordo com Silva (2015), para os integrantes da AIA, era exatamente isso que era necessário fazer: demonstrar para tornar conhecido. Assim, seria possível os brasileiros terem a noção da importância da utilização de fertilizantes e dos modernos métodos de manuseio desses produtos. Isso tudo fazia parte de um conjunto de práticas como palestras, conversas, vendas de produtos e demonstrações que visavam o convencimento do agricultor a mudar suas práticas de cultivo. Para isso, havia um esforço da AIA conjuntamente com os Governos Federal e estadual e organizações agrícolas, assim como da imprensa, rádio e filmes, que trabalhavam na manutenção do programa para introduzir a utilização das práticas e facilitar a venda de fertilizantes (SILVA, 2015, p. 90).

Todo esse trabalho era pautado na busca pelo desenvolvimento imposto pelos Estados Unidos da América. Além da América Latina, a Ásia fazia parte desse projeto maior que

¹² A iniciativa da AIA geralmente é atribuída ao empresário estadunidense Nelson Aldrich Rockefeller.

elaborava um modelo de assistência agrícola objetivando a implementação de práticas, insumos, variedades híbridas e novas tecnologias que visavam o aumento na produtividade. Essas atividades deram início à Revolução Verde, que buscou ampliar suas áreas de experimentação e gerar condições para que as exportações continuassem, já que os Estados Unidos necessitavam ampliar suas áreas (ROJAS, 2017). Contudo, no Brasil, ao mesmo tempo que havia uma fala desenvolvimentista, ainda muito se pontuava visando o desenvolvimento desejado. Em muitos municípios interioranos ainda predominava a pequena agricultura promovida pela gestão familiar, o que se mostrava antagônico ao discurso de progresso e ao desenvolvimento nos padrões impostos pelos Estados Unidos da América.

Sendo assim, sob a influência de medidas de apoio à agricultura americana, foram adotadas medidas para tentar dar início ao desenvolvimento do setor de grãos no Brasil. Nesse processo, podemos citar duas políticas iniciais. A primeira é a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI). A CREAI atuava exclusivamente com questões que estivessem ligadas com financiamentos. E uma segunda política inicial que podemos citar é a Comissão de Financiamento de Produção–CFP, criada em 1943 para a garantia de preços e comercialização. Ambas as políticas encontravam-se interligadas com medidas de apoio à agricultura americana (COELHO, 2001, p. 11).

O período das décadas de 1940 e 1950, que marca a criação dessas políticas, também retrata um período em que praticamente se ignorava o potencial de produção de grãos que o Brasil tinha. No período da Segunda Guerra Mundial, por meio do Decreto-lei 7.774, de 24/07/45, foram fixados pelo presidente da República, para a safra 1945/46, preços mínimos do arroz, feijão, milho, amendoim, soja e semente de girassol. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, abriu-se a possibilidade de desenvolvimento de países como o Brasil, que não teve sua economia destruída com o conflito e, portanto, poderia ser alvo de políticas mais ousadas. Por isso, foi-se fomentando a criação de associações que visavam atender aos produtores, orientando-os e estimulando-os. Esse movimento também ocorre em nível de estado e região, por isso, conforme as necessidades, as organizações servirão de apoio no processo de modernização da agricultura.

No oeste catarinense ocorreram esforços para convencer os agricultores como sujeitos capazes de propiciar o desenvolvimento esperado pelo estado. A região era vista com um grande potencial produtivo, apresentando-se como um lugar propício para se desenvolver a agricultura, contudo, para isso, seria necessária uma mudança no hábito de cultivar dos agricultores (SILVA, 2001, p. 63). Tais mudanças eram difundidas por meio de “discursos que procuravam legitimar a agricultura como sendo a base da economia (...) e a região Oeste como

Celeiro Catarinense, sendo o campo um lugar privilegiado para propiciar desenvolvimento ao país (uma espécie de mola propulsora)” (SILVA, 2001, p. 63).

Nesse discurso, não havia espaço para os pequenos agricultores, estes que eram colocados como não receptivos aos processos de modernização, isso porque, para estes, o aumento nos preços de insumos e outros produtos para aumentar sua produtividade não lhes garantia segurança de retorno. Por isso, em uma reportagem encontrada na revista Agropecuária Catarinense de junho de 1988, é destacado o esforço para tecnificar o pequeno:

Preços defasados, demanda reprimida, investimentos desestimulados, para o pequeno produtor, aquele que põe o feijão e o arroz na mesa da imensa maioria da população brasileira, funcionaram na direção oposta ao objetivo da EMPASC (reduzir custos de produção aumentando a produtividade e melhorar a qualidade de vida do produtor) (UM, 1988, [s.p]).

O pequeno produtor que não era adaptado a técnicas modernas e que não podia acessar com dinheiro, encontrava desafios nos preços de insumos e principalmente na obtenção de um capital para investir na produção. Contudo, a falta de confiança em novos investimentos e busca de crédito apresentava-se contrária ao que era discursado pela EMPASC. Ao pequeno produtor, interessava a produção de baixo custo e que lhe garantisse a sobrevivência. Klanovicz (2014) destaca que, no período de 1957 a 1964, ocorre uma inversão de investimentos concedidos a pequenos proprietários rurais, o que diminui de 33,70% para 11,75%, em contrapartida para grandes produtores rurais ocorre um aumento de 16,33% para 50,22%. É notório que estava pautada a transição entre uma agricultura tradicional largamente disseminada em Santa Catarina para uma outra de cunho capitalista, marcada pela mecanização, o uso de insumos e no investimento público e privado (KLANOVICZ, 2014, p. 320).

Como destacado anteriormente, no oeste catarinense inicialmente a produção era baseada na agricultura de subsistência. Com o processo de colonização mediado pelo estado e estimulado pelo espírito capitalista fortemente ligado ao trabalho e à demarcação da propriedade privada, a produção direciona-se para uma monocultura. Em Santa Catarina, possivelmente devido ao solo irregular, houve dificuldade de inserção de maquinários modernos para o plantio, e a agricultura familiar desenvolve-se por meio da integração com a indústria frigorífica (CORAZZA, 2016). A produção agropecuária e a da agroindústria complementavam-se. Ambos os setores estabeleceram as formas de cultivo, influenciaram no aumento das áreas de produção, introduziram novas sementes e espécies animais, assim como iniciaram um grande impacto ambiental (SILVA; BRANDT; MORETTO, 2017, p. 203).

Pelas características do estado catarinense, que tem como base a produção agrícola em pequenas propriedades e a criação de suínos, viu-se na sojicultura uma boa alternativa de produção. A necessidade de buscar alternativas para o aumento da produção agrícola foi motriz para as agências nacionais de pesquisa. Desta forma, havia um tripé, calcado na pesquisa, extensão e auxílio na busca por financiamento. Assim, no ano de 1960, foram criadas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) e, anos mais tarde, a Empresa de Desenvolvimento dos Cerrados (PROCEDER). Essas empresas de pesquisa foram fatores fundamentais para a expansão, modernização e diversificação da produção agrícola para diferentes áreas/regiões do Brasil (COELHO, 2001, p. 22).

A introdução da cultura da soja no estado catarinense ocorreu por meio da necessidade de modernizar os espaços rurais, através de programas da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), atual Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). As cooperativas também serviam de apoio aos governos para executar programas de educação rural e implementar melhorias técnicas no campo. Por isso, as empresas e cooperativas foram inseridas nesses projetos de modernização, para melhor distribuir geograficamente o atendimento e desafogar a máquina pública do processo de venda da produção e repasse de crédito agrícola. Por isso, nota-se a forte interferência destas, à medida que tentam moldar um tipo de agricultor e de agricultura, ideal para esses novos moldes (FORNECK; LUBENOW, 2017).

Forneck e Klug (2015) destacam que as cooperativas eram um instrumento utilizado pelo governo. Por meio delas, chegavam aos pequenos produtores rurais novas tecnologias e técnicas. No ponto de encontro, surge o trabalho de extensão rural desenvolvido por técnicos. Os técnicos de extensão rural eram importantes no auxílio às cooperativas, sendo que “a assistência técnica prestada à cooperativa envolvia desde os estudos preliminares para sua constituição, passando pela assistência administrativa e contábil até a comercialização” (FORNECK; LUBENOW, 2017, p. 328).

A ACARESC fomentou o projeto de desenvolvimento da agricultura levando crédito farto e orientação técnica para todo o estado catarinense. Com isso, visavam promover um aumento de produtividade agrícola e difundir o modelo produtivo norte-americano. Aos agricultores era prometido “o fim das pragas e o aumento de produtividade dos solos que se desgastavam com o desmatamento e uso intensivo” (FORNECK; KLUG, 2015, p. 88).

De fato, o forte apoio do estado à cultura da soja foi fundamental para que esta tomasse a proporção e a perspectiva econômica que são notáveis na década de 1970 e ainda nos dias

atuais. A combinação de culturas facilitava o processo. Como narrado anteriormente, a mesma infraestrutura utilizada e financiada para o trigo, como o transporte, armazéns, o sistema cooperativo, podia ser empregada para a soja. O binômio soja-trigo melhorou a rentabilidade de ambas as culturas, justificando a expansão da leguminosa. Também podemos destacar que, com isso, soma-se a busca pelos produtores de culturas alternativas e aumento na renda familiar.

4.2 A SOJICULTURA NA IMPRENSA ESCRITA: UMA ANÁLISE DE 1960 ATÉ 1980

Ao analisar o processo de introdução da soja no estado do Paraná, Klanovicz e Mores (2014) destacam que os jornais utilizados como fonte de pesquisa publicavam reportagens sobre a produção de soja e como esta era mais rentável e lucrativa que outras culturas. Sendo assim, os jornais, quando apresentavam reportagens sobre a produção de soja ou sobre o possível rendimento que os agricultores poderiam alcançar ao adotar determinadas práticas de cultivo, estavam demonstrando interesses de determinados grupos. Esses grupos procuraram legitimar a soja como sendo a cultura adequada à modernização do meio rural (KLANOVICZ; MORES, 2014, p. 184).

No processo de representação¹³ da sojicultura como sinônimo de modernização, a imprensa exerceu papel importante na difusão de discursos que legitimavam a soja para tal fim. De modo geral, é importante destacar que a imprensa exerce influência na construção de políticas de comunicação, de certa forma levando em conta interesses locais estabelecidos por articuladores, editores, proprietários e público leitor. O jornalismo encontra-se vinculado ao ponto de encontro ou desencontro dos interesses do estado, das manipulações políticas e da luta pelo poder (AGUIAR, 2010).

Nas décadas de abrangência deste estudo, a imprensa assumiu a tarefa de mediação entre os debates e interesses econômicos e políticos do país. De acordo com Rocha (2016), no processo de transformação pelo qual o país passava, a mesma não se manteve neutra. Pelo contrário, contribuiu em paralelo ao seu trabalho de informar, com interesses e conexões com a sociedade, visto que a vontade de mudança transcendeu nesse período as esferas econômicas e políticas, chegando ao campo da arte e da cultura também. O pensamento predominante estendia-se para o campo da imprensa, que, no período, com experiências e resultados distintos,

¹³ Para Roger Chartier, as representações do mundo social, “à revelia dos seus atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19).

também encampou a busca pela modernização e a busca por uma ruptura com um tempo de atraso. Por isso, os discursos e representações que estão ocultas da escrita da imprensa são compreensíveis quando observado o contexto no qual estavam inseridos. O texto e o contexto que estão sendo difundidos em uma determinada notícia são indissociáveis. Nesse sentido, a imprensa deve ser compreendida como um agente histórico com estratégias e ações pensadas e executadas para seu tempo e seu círculo de relações (ROCHA, 2016).

Sodré (1999) afirma que o desenvolvimento da imprensa no Brasil esteve historicamente atrelado ao desenvolvimento do país. Destaca também que há um elemento universal que pode aparecer em áreas diferentes: “a técnica de imprensa”. Por meio da técnica, os jornais estabelecem as formas de apresentar e divulgar seus conteúdos. Nessa perspectiva, Stephanou (2001) afirma que a imprensa informa e forma, privilegia, apresenta e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que acredita ser relegados ao esquecimento, de acordo com suas perspectivas de análise. Nesse sentido, podemos destacar que, de acordo com o autor, a imprensa não registra apenas o fato, como também o cria, já que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos ou por interesses econômicos e políticos (STEPHANOU, 2001, p. 45).

Luca (2005, p. 139) destaca, nesse sentido, quanto ao uso de jornais e revista como fonte, que a “imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra de uma determinada forma aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”. Sendo assim, os discursos ali apresentados adquirem significados de formas variadas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. Quando é realizada a escolha para qual tema dar ênfase ou a natureza ou linguagem do conteúdo, não se dissocia a seleção do público que o jornal ou revista pretende atingir. Essa seleção ocorre associada a fatores externos, já que jornais e revistas não são obras solitárias, e, sim, empreendimentos, os quais reúnem um conjunto de indivíduos, tornando-os projetos coletivos que agregam pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se buscam difundir a partir da escrita nos periódicos (LUCA, 2005, p. 140).

Por isso, a partir de 1970, devido à renovação no campo da historiografia, principalmente sob influência da Escola dos Annales, passou-se a utilizar os jornais como fonte histórica. E não somente os jornais, mais uma grande quantidade de fontes que antes eram consideradas ausentes do território de análise da história. Luca (2005) destaca que na década de 1970 ainda era pequeno o número de trabalhos que utilizavam de jornais como fonte histórica, por mais que desde a década de 1930 tenha se construído uma crítica na concepção do que era fonte histórica. Contudo, foi nas décadas finais do século XX que a prática

historiográfica alterou-se significativamente, propondo novos objetos, problemas e abordagens. Esse caminho de desconsideração até a centralidade dos periódicos na produção do saber histórico é importante à medida que foram renovando-se os temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos no estudo da história (LUCA, 2005, p. 112). Tais mudanças alteraram a própria concepção de documento e sua crítica.

Dentre outros fatores, havia a percepção de que o historiador, livre do envolvimento com seu objeto de estudo, deveria valer-se de fontes marcadas “pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas do seu próprio tempo” (LUCA, 2005, p. 112). Sendo assim, os jornais não se encontravam propícios para tal fim, já que seus registros eram de pequenos fragmentos do presente.

Entretanto, quando o pesquisador, usando dos jornais como fonte, trabalha com o que se tornou notícia, por si só, engloba um aspecto de questões, já que será necessário dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Por isso, ao analisar a notícia publicada, implica-se atentar para o destaque conferido ao acontecimento, como também para o local em que se deu a publicação. Sendo assim, Luca (2005) elaborou dicas para se atentar às características de ordem material, como:

periodicidade, impressão; papel, uso/ ausência de iconografia e de publicidade; assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo; caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação; caracterizar o grupo responsável pela publicação; identificar principais colaboradores; identificar o público a que se destinava; identificar as fontes de receita; analisa todo o material de acordo com a problemática escolhida (LUCA, 2005, p. 142).

Seguindo a perspectiva metodológica de Luca (2021), ao lidar com os dados, é importante ordenar e organizar as informações. Por isso, a historiadora aponta um conjunto relativamente simples de procedimentos, os quais colaboram e facilitam não apenas na organização dos dados, mas também na análise deles. Inicialmente, é importante analisar quem é a editora responsável pela publicação da obra ou do período que se analisa. E, assim, é importante reunir o maior número possível de informações sobre.

Contudo, a mera acumulação de dados, além de ser ineficaz, pode trazer a sensação de desânimo diante de elementos desconexos, a informação pela informação, e pouco contribui para gerar reflexão e crítica sobre como o objeto que se quer pesquisar tem sido abordado pela historiografia. Sendo assim, Luca (2021) aponta um conjunto relativamente simples de procedimentos que podem contribuir e facilitar não apenas na organização dos dados, mas

também na análise destes. Para isso, é necessário extrair o máximo de informações de cada texto, prestando atenção no conteúdo, assim como em outros aspectos que normalmente são negligenciados, mas que colaboram na compreensão da fonte analisada para estabelecer uma aproximação/distanciamento entre autores e linhas interpretativas.

Por isso, Luca (2021) destaca ser importante ter um olhar inicial de quem foi a editora, ou seja, quem foi responsável pela publicação. O fato de o trabalho ser impresso significa que o seu autor submeteu o material a um editor, que muito provavelmente, por considerar o material relevante, decidiu incorporá-lo ao catálogo de sua editora. A autora também destaca que, metodologicamente, é necessário olhar com atenção para os títulos, subtítulos. Isso auxilia na compreensão dos objetivos do trabalho, afinal, a escolha de um título não é aleatória (LUCA, 2021, p. 81).

Esse olhar minucioso deve fornecer um conjunto de informações a partir das quais conseguimos situar historicamente nossa fonte. Afinal, qual imprensa estamos analisando para uma compreensão maior da atuação dos jornais Folha do Oeste Rural, Correio do Sul, Extremo Oeste e Diário da Manhã? A escolha das fontes visa ressaltar o potencial de pesquisa histórica em periódicos da região.

4.3 A SOJICULTURA NOS JORNAIS DIÁRIO DA MANHÃ, EXTREMO OESTE, CORREIO DO SUL E FOLHA DO OESTE RURAL

As notícias dos jornais amostradas neste trabalho, no recorte cronológico de final da década de 1960 até o ano de 1980 e que se referem à inserção da sojicultura, ao processo de tecnificação e às mudanças ambientais no oeste catarinense, são relacionadas na Tabela 1.

Quadro 1 - Relação de notícias dos jornais que abordam a temática soja de 1968 a 1980.

| Jornal | Notícias | Data |
|----------------|---|------------------------------------|
| Folha d'Oeste | Escritório Local da ACARESC | 25 de dezembro de 1968 |
| Folha d'Oeste | Cultura da soja será estimulada pelo governo | 8 de fevereiro de 1969 |
| Folha d'Oeste | Cooperativismo | Junho de 1969 |
| Folha d'Oeste | ACARESC fala de agropecuária no Dia do Colono | 26 de julho de 1969 |
| Folha d'Oeste | Soja começa a ter importância | 13 de setembro de 1969 |
| Folha d'Oeste | Notícias em síntese: soja | 16 de maio de 1970 |
| Folha d'Oeste | Dinheiro para melhorar sementes | 31 de julho de 1971 |
| Folha d'Oeste | Anchieta: 53 sacos de soja por hectare | 10 de julho de 1971 |
| Correio do Sul | Soja na alimentação | Semana de 4 a 10 de agosto de 1979 |

| | | |
|-----------------|---|--------------------------|
| Extremo Oeste | Como aumentar seus lucros na colheita de soja | 18 de maio de 1979 |
| Extremo Oeste | Como aumentar seus lucros na colheita de soja (continuação) | 18 de maio de 1979 |
| Diário da Manhã | Cotação de produtos ao produtor | 13 de outubro de 1979 |
| Diário da Manhã | Não vendam seus produtos abaixo dos preços | |
| Diário da Manhã | Novas manifestações de agricultores poderão ser estudadas na reunião de amanhã em Erechim | 10 de abril de 1980 |
| Diário da Manhã | Produtores podem voltar às ruas em novo protesto contra tabelamento da soja | 10 de abril de 1980 |
| Diário da Manhã | Produtores se dizem enganados pelo governo | 11 de abril de 1980 |
| Diário da Manhã | Schartz e o tabelamento do farelo e óleo da soja | 11 de abril de 1980 |
| Diário da Manhã | A brava soja farroupilha | 15 de abril de 1980 |
| Diário da Manhã | Redução de 2% na safra de milho | 16 de abril de 1980 |
| Diário da Manhã | Soja desperdiçada | 29 de abril de 1980 |
| Diário da Manhã | LBA lançará campanha para maior consumo de soja em substituição à carne | 3 e 4 de maio de 1980 |
| Diário da Manhã | Cotações do mercado para o produtor | 6 de maio de 1980 |
| Diário da Manhã | Os absurdos da política de produção | 8 de maio de 1980 |
| Diário da Manhã | As cotações do mercado produtor | 5 e 6 de abril de 1980 |
| Diário da Manhã | Tabelamento do farelo e óleo de soja gera crise | 11 de abril de 1980 |
| Diário da Manhã | Ministro da Agricultura desmente tabelamento do óleo e do farelo | 12 e 13 de abril de 1980 |
| Diário da Manhã | Cotação do mercado produtor | 26 e 27 de abril de 1980 |
| Diário da Manhã | Produtividade | 1 de julho de 1980 |
| Diário da Manhã | Farpas de um escriba da capital | 1 de julho de 1980 |
| Diário da Manhã | Contra o produtor | 9 de julho de 1980 |
| Diário da Manhã | Cotações do mercado agrícola | 9 de julho de 1980 |
| Diário da Manhã | Mercado produtor | 11 de julho de 1980 |
| Diário da Manhã | Preços mínimos da safra 80/81 deverão causar surpresa | 16 de julho de 1980 |
| Diário da Manhã | As cotações do mercado agrícola | 18 de julho de 1980 |
| Diário da Manhã | Saíram novos preços mínimos dos produtos agrícolas | 24 de julho de 1980 |
| Diário da Manhã | Cotações do mercado agrícola | 26 e 27 de julho de 1980 |
| Diário da Manhã | Encerrado curso sobre o uso de proteínas da soja | 5 de agosto de 1980 |
| Diário da Manhã | Farpas de um escriba na capital | 6 de agosto de 1980 |
| Diário da Manhã | Cotações do mercado produtor | 9 e 10 de agosto de 1980 |

Fonte: Jornais Acervo do CEOM/Unochapecó. Elaborado pela autora (2022).

Quadro 2 - Total de matérias analisadas

| Ano | Jornal | Quantidade |
|--------------|--|------------|
| 1968-1969 | Folha d'Oeste | 4 |
| 1970 a 1979 | Folha d'Oeste; Extremo Oeste; Correio do Sul | 7 |
| 1980 | Diário da Manhã | 28 |
| Total | | 39 |

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Observa-se que, nas décadas de 1960 e 1970, nos jornais amostrados, houve um baixo número de reportagens publicadas, apenas 28,20%, em contraposição ao ano de 1980, em que se concentram 71,80% das amostras de matérias analisadas. Em nível nacional, é importante destacar que o Brasil passava por uma mudança no campo da política econômica e industrial após o golpe civil-militar de 1964. Vale destacar o período que estamos trabalhando, “já que é nessa mudança de paradigma político que se sustenta um discurso com impactos na trajetória de desenvolvimento em âmbitos nacional e local, no oeste de Santa Catarina” (ANDRIOLI, 2022, p. 90). Para se ter uma ideia do aumento da produção da soja, Andrioli (2022) apresenta dados para demonstrar impacto econômico desse produto no estado de Santa Catarina:

Quadro 3 - Área colhida por tipo de produto – Santa Catarina (mil hectares)

| Ano | 1962 | 1970 | 1975 | 1980 |
|---------------|---------|---------|---------|---------|
| Milho em grão | 346.805 | 672.156 | 728.929 | 877.716 |
| Soja em grão | 2.468 | 90.633 | 263.876 | 427.996 |
| Trigo em grão | 104.097 | 120.009 | 32.388 | 10.657 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Agropecuário apud ANDRIOLI, 2022, p. 88, adaptado pela autora.

Nota-se pela tabela anterior que o salto no cultivo da soja de 1962 para o ano de 1980 é de mais de 17.000%. Ao passo que a produção do trigo diminui, cresce a soja e milho, e em porcentagem, destaca-se a soja. As mudanças propostas para os agricultores têm como reflexo o crescimento no cultivo de soja e a quais processos os agricultores foram submetidos, assim como os meios pelos quais foram procurados para inserir esses produtores nesse processo (ANDRIOLI, 2022, p. 89). Nesse sentido, nos primeiros anos das décadas de 1960 e 1970, por mais que a porcentagem de publicações na imprensa não seja tão significativa, estas

destacavam políticas de adesão e incentivo ao cultivo da soja, a fim de que os agricultores se enquadrassem nos novos moldes políticos industriais do país.

É perceptível que, quando os jornais apresentavam reportagens sobre a produção de soja ou sobre o grande rendimento utilizando determinadas práticas, eles expandiam interesses de certos grupos, os quais patrocinavam a imprensa a fim de construir uma opinião que legitimava a difusão da sojicultura como a cultura agrícola adequada para a modernização do ambiente rural e do país (KLANOVICZ; MORES, 2014, p. 183-184).

A utilização da imprensa fazia parte de um projeto que utilizava outros órgãos como estratégia de aproximar o agricultor para estes adquirirem as práticas modernizadoras do mundo natural. Assim, nota-se também a criação de outros órgãos de pesquisa ou de extensão rural que são criados com o mesmo objetivo de “investir em uma nova ciência e em novas tecnologias para modificar o ambiente” (KLANOVICZ; MORES, 2014, p. 183). Percebemos, portanto, que o processo de inserção da sojicultura foi possibilitado em sua maioria graças a uma série de medidas adotadas pelos governantes. De acordo com a notícia destacada no jornal Folha d’Oeste:

O Ministro da Agricultura liberou vinte e cinco mil cruzeiros novos, em sua pasta, para a formação de campos de demonstração de culturas melhores de soja em Santa Catarina. A medida faz parte de um planejamento para a expansão da cultura do produto, devido, principalmente, à possibilidade de colocação no mercado internacional, de excedentes exportáveis. Na safra que passou, para se ter uma ideia, a soja rendeu ao País, em divisas, a apreciável soma de 30 milhões de cruzeiros novos (CULTURA, 1969, p. 5).

Uma das alternativas para a introdução da cultura da soja foram os campos de demonstração. Por meio deles, era possível o agricultor visualizar as vantagens e os rendimentos do cultivo.

Os campos de demonstração que o Ministério da Agricultura instalará em Santa Catarina, servirão para que os agricultores da região passem a adotar práticas tecnicamente mais recomendadas no plantio de soja, visando-se com isto, elevar o resultado da produção a níveis altamente rentáveis. A assistência técnica a ser prestada aos agricultores, pelo Ministério, será desenvolvida através da Delegacia Federal do MA em Santa Catarina, com auxílio do IPEAS, e será colocada em ação imediatamente (CULTURA, 1969, p. 5).

De acordo com o jornal Folha d’Oeste, as lavouras demonstrativas serviam para levar até o agricultor técnicas modernas de cultivo, formas de aproveitamento do solo, combate às pragas e formas corretas de cultivo, como descrito na reportagem:

Uma produção de 53 sacos de soja por hectare foi o resultado da experiência realizada recentemente na propriedade do Senhor Abilio Barbieri, no Município de Anchieta. Para alcançar esse rendimento foram utilizadas técnicas modernas de cultivo como: correção e fertilização do solo, semente selecionada, espaçamento correto, combate as pragas e outras, segundo orientação do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. A experiência demonstrou que utilizando técnicas racionais de cultivo, os produtores rurais de Anchieta podem elevar em até quatrocentos por cento (400%) o rendimento médio da soja, estimado atualmente em 10 sacos por hectare (ANCHIETA, 1971, p. 02).

O trabalho de extensão rural como destacado na notícia, foi um trabalho desenvolvido pelas cooperativas, sendo fundamental, já que a cooperativa era um instrumento do governo e, para isso, fazia chegar aos pequenos produtores rurais novas técnicas e tecnologias, assim, realizavam um trabalho de convencimento para com seus associados. Na região do oeste de Santa Catarina, a atuação das cooperativas intensificou-se tanto, que muitos comerciantes fecharam seus comércios, e a cooperativa passou a ser principal referência comercial da região (FORNECK; KLUG, 2015, p. 87).

No oeste de Santa Catarina, as cooperativas também receberam incentivos fiscais e apoio técnico para a implementação de políticas agrícolas governamentais. Essas políticas aparecem primeiramente com a criação das cooperativas, onde em Chapecó, por exemplo, em 1967, é criada a Cooperalfa encabeçada pelo Banco do Brasil, que tinha por objetivo organizar o processo produtivo da região oeste catarinense, principalmente com questões que envolvessem a entrega da produção e a distribuição de crédito rural (FORNECK; KLUG, 2015, p. 87). Forneck e Klug (2015) destacam que nos primeiros anos de funcionamento das cooperativas, vários funcionários do banco e da ACARESC atuavam dentro daquelas, auxiliando por meio de apoio técnico, jurídico ou contábil, até que elas estivessem suficientemente fortalecidas. Nos anos que se seguiram, receberam apoio para a construção de estruturas de armazenagem com financiamentos de juros baixos e prazos longos. Além disso, eram enviados incentivos fiscais para as cooperativas disseminarem novas tecnologias aos agricultores das regiões onde atuavam (FORNECK; KLUG, 2015, p. 87).

Para Mendonça (2013), a intervenção do Estado no cooperativismo, mais especificamente a partir de 1930, caracteriza o processo como de cooperativização agrícola do Estado brasileiro. A autora questiona a questão do Estado, sua conceituação, mecanismos de reprodução e inter-relação com as classes sociais, sobretudo as frações agroindustriais da classe dominante. Em sua crítica, coloca que, nesse aspecto, o Estado desemboca em uma noção neutralizada, tomando como “bloco ou sujeito”, vazio de agentes sociais portadores de

interesses específicos e de onde emanam, naturalmente, políticas em geral agrícolas. Em sua análise sobre o Ministério da Agricultura, relaciona o órgão enquanto materialização institucional/estatal dos interesses de um movimento político organizado por frações dominadas da classe dominante agrária brasileira (MENDONÇA, 2013).

A partir dos jornais, também era demonstrado como aumentar os rendimentos na colheita de soja:

A maneira mais fácil para aumentar os seus lucros com a cultura da soja é, sem dúvida, reduzir as perdas que ocorrem durante a fase de colheita. [...] Para alterar de vez em quando esse quadro, pequenos cuidados podem ser tomados, e que farão com que se consiga altos valores a mais por hectare. Esses pequenos cuidados não lhe custarão mais, você verá que vale a pena aumentar a sua produtividade por hectare cultivado. Na verdade, tudo ou quase tudo o que se tem a fazer é reduzir as suas perdas na colheita da média de 13% para 3%. Digamos então que você tenha desenvolvido a soja em 100 hectares e que o preço da saca no mercado esteja girando em torno de Cr\$ 170,00 (exemplo), se você reduzir as perdas de colheita de 13% para 3%, estaria tendo um extra de 240 kg ou 4 sacas por hectare. Com base nesses valores, você estaria obtendo um extra de Cr\$ 680,00 (exemplo), por hectare. [...] ou, se você está colhendo 1,5 hectares por hora de trabalho, estaria obtendo 60 sacas ou 3.600 kg considerando neste caso, uma perda de 13%, teríamos o equivalente a 8 sacas, ou seja, a Cr\$ 170,00 (exemplo) a saca, você estaria perdendo Cr\$ 1.360,00 (exemplo) por hora de trabalho. Reduzindo estas perdas para 3%, você estaria perdendo aproximadamente 2 sacas ou Cr\$ 340,00 (exemplo), por hora de trabalho. Assim sendo, você está tendo uma extra de Cr\$ 1.020,00 (exemplo) por hora de trabalho, somente por melhorar sua eficiência na fase de colheita de soja (COMO, 1979, p. 4).

Além disso, por meio da imprensa, ofereciam métodos/ dicas de como ajudar o produtor a produzir mais:

Portanto, conscientes do que representam tais perdas ao agricultor, abaixo indicamos algumas práticas para que você possa, na próxima colheita, reduzir o seu nível de perdas de 13% para 3%. E mundialmente sabido que 90% das perdas na colheita de soja se dão na plataforma de corte. Sabido é também que mais de 50% das Perdas rts, plataforma de corte ocorrem por queda de grãos. No Brasil, como em muitos outros países latino-americanos, há um consenso de que colher bem é tocar a colheitadeira o mais rápido possível, conseguindo um maior número de hectare/hora, esquecem, no entanto, que esse proceder acarreta em, prejuízos ao agricultor que, na situação atual, não podem se dar ao luxo de não considerar Perdas como essas. Assim é que nossa observação é aquela no sentido de que se deve operar uma colheitadeira principalmente na soja, moderadamente e assegurando-se de que todas as vagens de soja sejam debulhadas. Diante disso muita atenção deve ser dirigida à plataforma de corte da automotriz, bem como no que se refere à própria operação da combinada. Na plataforma deve-se observar a velocidade tal de trabalho do molinete. Saiba que uma vez que se o molinete estiver em ação numa velocidade muito rápida em relação à velocidade de avanço da combinada, haverá queda dos grãos, constituindo-se em uma das principais causas de perdas desse gênero. Há, portanto, que se estabelecer um correto relacionamento entre a velocidade de ação do molinete e a de avanço da automotriz. Note que se não tiver essa perfeita relação de velocidade, o molinete passa a desenvolver uma ação agressiva na cultura e daí provocará quedas de grão. Acompanhe ao lado da automotriz e observe atentamente a ação do molinete, ele deve puxar, suavemente, os pés de soja para a barra cortadora (continua)

(continuação) enquanto que as lâminas as hastes. As novas colheitadeiras automotrizes possuem hoje mecanismos para variação de velocidade do molinete e que podem ser adaptados aos modelos mais antigos que, por ventura, não o possuam. Recomendável é, portanto, que toda combinada automotriz possua um molinete com velocidade variável. Assim, você poderá ajustar a velocidade de trabalho do molinete em relação à de avanço para que possa haver perfeita correspondência às diversas culturas e condições de colheitas. OS especialistas no assunto são unânimes em afirmar que é deveras conveniente contar com colheitadeiras que possuam molinete de levante hidráulico para um bom desempenho (COMO, 1979, p. 4).

Para isso, demonstravam a necessidade de investimentos em implementos mais modernos:

Em alguns modelos antigos de colheitadeiras o molinete é de posicionamento fixo, restando muito pouco que você possa fazer para minorar essas perdas. Deve-se dar preferência ao tipo de molinete recolhedor (com dedos) pela seguinte razão: Quando a soja estiver acamada, o molinete do tipo recolhedor usado em conjunção com o controle de posicionamento e com variação correta de velocidade, pode-se fazer um notável trabalho obtendo o máximo aproveitamento dos grãos colhidos. [...] Alguns técnicos acreditam que somente a barra de corte flexível reduz em média, aproximadamente 100 kgs de perdas na plataforma por hectare. [...] Andar na velocidade correta também e, colha mais soja com menores perdas (COMO, 1979, p. 4).

Entre os discursos divulgados pela imprensa, para melhorar os rendimentos, dos agricultores, recomendava-se a utilização de agrotóxicos. Forneck e Klug (2015), em um estudo realizado, analisam a difusão dos agrotóxicos como tecnologia benéfica ao agricultor em caso de uma boa utilização e, nesse processo, qual foi o papel das cooperativas agropecuárias, à medida que são as receptoras de apoio do Estado e, por isso, realizaram a difusão da modernização agrícola como parceiras de multinacionais distribuidoras de agrotóxicos no Brasil. O jornal Extremo Oeste, em 1979, também destaca a importância da utilização de herbicidas para melhorar os rendimentos:

Para melhorar a rentabilidade da lavoura é necessário considerar aplicações de herbicidas. Dizem alguns lavoureiros que o campo limpo é um dos fatores determinantes de bons resultados no cultivo de soja. As ervas daninhas se enrolam no molinete da automotriz, ocasionando quedas de grãos obstruindo um eficiente trabalho do próprio molinete da plataforma. Evidentemente vários fatores concorrem para determinar perdas durante colheita de soja, tais como: estado de limpeza do campo; operação adequada da automotriz; combinada, bem regulada; grau de umidade da cultura altura de corte e etc. Assim é que com combinação de todos os Itens práticos aqui discutidos, você poderá reduzir grandemente as suas perdas na colheita. Pense cuidadosamente em todos esses aspectos, acreditam que o agricultor não pode mais se dar luxo de continuar convivendo com perdas tão elevadas e, absolutamente, desnecessárias (COMO, 1979, p. 4).

Os incentivos para a utilização de agrotóxicos são resultado de uma política de extensão rural adotada no Brasil, principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando se espalharam políticas que fomentavam a produção de agrotóxicos em substituição à produção de gás mostarda, que era produzido para a guerra. No Brasil, esses discursos expandem-se na década de 1950 com o pacote tecnológico e científico chamado de “Revolução Verde”¹⁴ (FORNECK; KLUG, 2015, p. 85). O apoio do Estado no processo de modernização do Brasil foi fundamental para a adoção das novas tecnologias que compunham a “Revolução Verde”. Nesse processo, os maiores beneficiados no Brasil foram, sem dúvida, os grandes produtores, ou seja, os mesmos que estavam mais bem capitalizados e, portanto, poderiam atender rapidamente ao processo de modernização.

A classe agrícola governava havia muito tempo, contudo, com a modernização no setor, seu poder se fortaleceu, assim como sua influência sobre o destino da nação (LOHN, 1997). Também ressalta que os pequenos agricultores não foram deixados de lado em sua totalidade nesse projeto. Havia projetos em nível nacional e estadual que visavam pequenos e médios proprietários, inclusive buscando inseri-los no novo modelo agrícola. A ACARESC¹⁵, por exemplo, no caso do estado catarinense, levou crédito e orientação técnica para todo o estado, visando promover o aumento de produtividade dos agricultores. No seu discurso, encaixava-se um novo agricultor, o qual queriam moldar visando superar o atraso (LOHN, 1997). Em fala feita pela ACARESC no dia do colono:

O município cresce. Não somente em população, mas também de progresso, em adoção em nove técnicas, que aceleram racionalizam o desenvolvimento da agropecuária. Cada ano agrícola que passa, aumenta a produção do milho, soja e trigo. Na pecuária, o papel de destaque da suinocultura evolui. Aprimora-se. As práticas de criação se propagam e o agricultor objetiva a diminuição dos custos para o aumento do lucro. A bovinocultura de leite; se expande. A produção de leite aumenta gradativamente, e os produtores aprimoram o sistema de criação. Os produtos industrializados neste setor, levam o nome de Chapecó aos mais diversos estados e carreiam riquezas, para acelerar o desenvolvimento do município. [...] A soja começou há pouco tempo em maior escala estimulada pela indústria. A produção de 20.000 sacos em 1969, deverá duplicar em 1970. [...] As produções acima referidas, não se baseiam tão somente no aumento de área de plantio, mas também na produtividade. Não são mais desconhecidas para o agricultor: sementes selecionadas, bom preparo e conservação de solo, emprego de adubos e fertilizantes, inseticidas, inoculação, corretivos (ACARESC, 1969, p. 1).

¹⁴ De acordo com Carvalho, Nodari e Nodari (2017), a Revolução Verde foi um pacote tecnológico de modernização agrícola, e nesse pacote inserem-se principalmente os agrotóxicos que estavam totalmente conectados com uma série de tecnologias agrícola, como fertilizantes sintéticos, calcário, tratores, sementes e outros implementos agrícolas.

¹⁵ Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina.

Continua dando destaque ao colono como o responsável pelo desenvolvimento do estado catarinense, assim como de todo Brasil. Para isso, os agricultores vão se capacitando, participando ativamente de cursos em agropecuária e associativismo. Assim, no campo, desenvolve seu trabalho, objetivando a produtividade, a racionalização na produção, a honestidade, solicitando preços mínimos e lucrativos pelos seus produtos. Portanto, aos poucos vai limpando as “amostras” de um cooperativismo do passado indigno, fortalecendo o cooperativismo e o tornando sadio. Ou seja, esse colono equivale-se às palavras de entusiasmo, sendo para o Brasil fator fundamental no processo de desenvolvimento (ACARESC, fala de agropecuária no Dia do Colono. Folha d’Oeste. Diretor Homero Franco. Chapecó, 26 de julho de 1969, ano VI, n. 208, p. 1).

Klanovicz (2014), em contraponto, analisa que essa difusão do conhecimento técnico também produziu uma agricultura especializada e moderna, abrindo novas áreas agrícolas no Brasil. Contudo, esse processo trouxe consequências sociais como a precarização de pequenos produtores, posseiros e muitos trabalhadores agrícolas que não tiveram acesso a essas tecnologias (KLANOVICZ; MORES, 2014, p. 183).

Entre os anos de 1960 e 1970, é possível notar nas reportagens dos jornais, notícias que elevam a soja, como, por exemplo, na notícia a “Soja começa a ter importância”:

O Brasil é o terceiro produtor mundial de soja e este produto figura com relativo destaque em nossas exportações. Com a vantagem de entrarmos no mercado no primeiro semestre de cada ano, enquanto os Estados Unidos da América, nosso principal competidor, oferece o produto no segundo semestre. Este ano, cultivando área de 750 mil hectares, cêrca de 100 mil mais do que no ano passado, conseguimos excelente exportação de 300 mil toneladas. No ano passado as vendas para o exterior renderam 245 milhões de dólares, incluindo grãos, farinha e torta (SOJA, 1969, p. 02).

Também são características reportagens que apresentam os incentivos aos produtores, como a apresentada no jornal em 1971:

Dinheiro para melhorar sementes. Dando nôvo e efetivo impulso ao Plano Nacional de Sementes Planasem o Brasil vai aplicar 36 milhões de dólares (cêrca de 180 milhões de cruzeiros) nos próximos três anos para promover a melhoria do material de plantio nas principais lavouras. Parte dêstes serão fornecidos pelo BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento — que contribuirá com 7,9 milhões de dólares (quase 40 milhões de cruzeiros), para pagamento em 20 anos. Inicialmente, os recursos serão aplicados na região Centro-Sul brasileira. Destinam-se a desenvolver-se a pesquisa tecnológica de sementes; formação de técnicos de nível médio, em centros de treinamento nas escolas de Agricultura de Piracicaba-SP, e Pelotas, RS e à especialização de pessoal de nível superior. [...] Especial destaque (continua)

(continuação) irão merecer algumas culturas, a saber: o uso de sementes selecionadas [...] de soja deverá subir (de 69% para 81%) nos próximos três anos (DINHEIRO, 1971, p. 01).

Já no ano de 1980, é perceptível, por meio da análise dos jornais, um declínio nos incentivos ao cultivo de soja, e as manchetes começam a tomar outros caminhos. O jornal Diário da Manhã dará destaque para notícias que apontam o declínio nos incentivos para o cultivo da soja. É importante ressaltar que o poder político e econômico denominava também o poder das famílias mais tradicionais. Por isso, cada editor ou dono de jornal informava em seu meio o que lhe era conveniente. O jornal Diário da Manhã se destacará por ser, no oeste catarinense, o primeiro periódico de circulação diário. Nesse sentido, até 1979, não havia nessa região um jornal diário de abrangência. Com o surgimento do Diário da Manhã, a população poderia passar a acompanhar os acontecimentos diários de sua comunidade, o que, até então, só eram possíveis em nível de estado. E por isso, muitas vezes, não se dava destaque à região, devido aos jornais estaduais abrangerem uma região maior. Nesse sentido, o jornal Diário da Manhã entra para a história da região oeste de Santa Catarina como o primeiro jornal diário com circulação.

O primeiro editorial escrito pelo diretor da rede, Dyógenes Martins Pinto, descreve o município de Chapecó como uma bela e progressista¹⁶ capital catarinense. No seu texto, a instalação do jornal é definida como uma nova jornada e também como uma caminhada rumo ao futuro que se daria, conjuntamente com todos os que lutam pelo engrandecimento de sua terra e os que lutam pelo desenvolvimento social, econômico e cultural da região. É dado destaque ao fato de ser uma terra de pioneiros e desbravadores, a maioria procedente do Rio Grande do Sul, e assim estes iniciaram uma região que tem lugar de destaque no cenário do estado catarinense (PINTO, 1979).

O diretor, em seu texto da primeira edição do jornal, também destaca os fundamentos que nortearão a vida fora deste meio de comunicação. Assim, destaca que estará à disposição de todos os cidadãos que necessitarem ou que quiserem defender seus pontos de vistas, seus direitos. Apresenta-se, portanto, disposto a prestar serviços à comunidade, levando em conta

¹⁶ Nas décadas posteriores a 1960, buscou-se desenvolver uma percepção de que as práticas de trabalho e os hábitos encontrados no meio rural não se coadunavam com as relações capitalistas de produção. Nesse sentido, fazia-se necessário levar a modernização e o progresso aos agricultores, selecionando os que poderiam tomar empréstimos e comprar maquinários e insumos industrializados (LOHN, 1997, p. 2). Por meio disso, buscou-se promover uma imagem de Chapecó e das cidades da região como moderna e progressista, que tinha pela frente um futuro promissor, o qual já começava a ser concretizado (ONGHERO; CARBONERA, 2020, p. 28).

os desejos da coletividade dentro dos princípios de independência política e religiosa (PINTO, 1979, p. 04).

Essa primeira edição do jornal apresenta um conjunto de notas e depoimentos de autoridades do estado catarinense, como o prefeito de Chapecó, Milton Sander, o governador do estado, Jorge Konder Bornhausen, e o vice-governador, Henrique Helion Velho de Córdova. No momento, o então governador utiliza o espaço para destacar que o jornal será fiel às interpretações da comunidade e saberá veicular a informação correta, assim como a crítica procedente e construtiva e a criteriosa análise dos fatos. Milton Sander destaca que, com a vinda do jornal para a cidade de Chapecó, ganha a cidade com a circulação de um periódico com prestígio, ganha a administração com a possibilidade de divulgação e promoção do município, e ganham os empresários, que podem fazer uso de um órgão para veiculação de suas mensagens. Assim, a consolidação do Diário da Manhã representa, também, a oportunidade de formar opiniões conscientes publicamente: “ganham os leitores com a informação diária”.

Nessa edição inaugural, constam também trinta notas de entidades e de empresas as quais desejam felicitações pela instalação do jornal no município. Entre as entidades, destacam-se a Secretaria de Negócios do Oeste, a Câmara de Vereadores de Chapecó, a Câmara de Vereadores de Passo Fundo e a Prefeitura de Passo Fundo. Entre as empresas que se manifestaram estão Ludovico J. Tozzo Ltda., Arduino Galina S.A., Irmãos de Marco S.A., Ernesto F. Bertaso S.A., Condá S.A. e Retífica de Motores Reti-Car. Algumas companhias de Passo Fundo, outras do estado do Rio Grande do Sul, e até mesmo de outros estados, como São Paulo, também cumprimentaram a instalação do jornal: Grupo Gaúcha Madeireira S.A., Empreendimentos Imobiliários de Passo Fundo Ltda. e Lorilleux do Brasil.

A partir de 1979, e mais vigorosamente no ano de 1980, as notícias que abordam a cultura da soja vão se alterando. O que antes eram manchetes de incentivo tomam destaques pessimistas, e o jornal Diário da Manhã se tornará o principal meio de comunicação da região oeste de Santa Catarina entre os jornais analisados. O jornal Diário da Manhã é colocado como um dos fatores de integração com as demais áreas catarinenses, além disso, é afirmado que três eventos deram passos decisivos para a integração do oeste, sendo: a instalação da Secretária d'Oeste em 1963; a inauguração da BR 282 em 1974 e a instalação de um jornal diário na região, sendo o Diário da Manhã (SEGUNDA, 1979, p. 01)

No ano 1980, as notícias que antes abordavam incentivos para aumentar a produtividade ou rendimentos com o cultivo de soja por meio dos auxílios governamentais tomam outras proporções, como segue:

Produtores se dizem enganados pelo governo. A comercialização da soja do mercado interno foi paralisada em todo o Paraná, já que o anúncio do tabelamento do óleo bruto e do farelo provocou uma queda de 25% por saco no preço ao produtor. Os dirigentes de cooperativas dizem que foram enganados pelo Governo, e ameaçam iniciar um movimento muito maior que o responsável pela queda do confisco cambial da soja. A queda do confisco cambial sobre as exportações de soja não dignificou que o setor agrícola passou a constituir um poder de pressão contra a política econômica governamental, o comentário é do ministro da Agricultura. Na opinião de Amaury Stábile, reivindicar é um direito de todos os setores, mas é necessário que cada um deles pondere sobre a situação inflacionária do País (PRODUTORES, 1980, p. 6).

A manchete da notícia inicia com “Produtores se dizem enganados pelo governo”. Ao analisar a matéria, é possível identificar que quem faz a fala de “enganados pelo governo” são os dirigentes de cooperativas. Além, disso, percebe-se uma possível ameaça de realização de um movimento maior, já que estavam insatisfeitos com o tabelamento do óleo de soja.

O tabelamento dos preços da soja é, em suma, o estabelecimento de preços mínimos para a venda da produção. Entretanto, o que se esperava por parte dos produtores era que o governo não estabelecesse um preço o qual acarretaria prejuízos para os agricultores, isso porque o custo com a formação das lavouras de soja, devido ao custo alto dos insumos, estava elevando-se. Nesse cenário, as manchetes do jornal Diário da Manhã voltavam-se para os representantes de sindicatos, que alegavam que, com o tabelamento, o produtor novamente perderia a tranquilidade de produzir, resultando em um golpe de desestímulo ao agricultor.

É significativa a presença das cooperativas nas notícias. Quando citado o diretor de uma cooperativa no jornal Diário da Manhã, a notícia destaca uma indicação de imediata demissão de Delfim Netto do Ministério do Planejamento, já que as medidas adotadas pelo governo beneficiavam apenas as multinacionais, em detrimento dos produtores rurais.

O objetivo do jornal era informar os agricultores sobre as indicações recomendadas pelas cooperativas:

Muito embora as instruções recomendam que o vencimento dos empréstimos deve ser fixado para, no mínimo, após 60 dias o término da colheita, a fim de permitir ao produtor obter pelo produto o preço de comércio, foram os contratos elaborados com vencimentos antecipados, sem a observância da recomendação normativa, sendo que em alguns casos o prazo final ocorreu até mesmo antes do término da colheita da soja. Disso valeram-se e, ainda estão se valendo, as indústrias e os intermediários da soja que, sabendo das necessidades financeiras do produtor, procuram manter os preços o mais baixo possível, para comprar o produto pelo menor preço, numa atitude própria de mercado (PINTO, 1980, p. 4).

Pinto, na matéria publicada no Diário da Manhã, chama de “Banco mui amigo” para definir a relação entre o produtor e o banco:

Um produtor, meu amigo, colheu sua soja e a entregou numa Cooperativa. Seu contrato de custeio vencerá dia 31 de julho de 1980. Diante disso resolveu negociar a soja com a própria Cooperativa, ao preço de Cr\$ 597,00 por saco, para recebimento no dia 31, quando ocorrerá o vencimento do Banco e, dessa forma, fazer a liquidação do empréstimo de custeio. Qual não foi sua surpresa, a ser notificado de que deveria pagar o empréstimo em 24 horas, pois havia vendido sua produção. Embora fizesse a alegação a respeito de sua transação normal, foi-lhe mantida a exigência do pronto pagamento. A única maneira de fazê-lo, foi procurando a Cooperativa, à qual explicou sua situação e apelou para que lhe pagassem então naquele dia 12 de julho. O preço foi reduzido para Cr\$ 540,00 por saco. Assim liquidou sua responsabilidade no Banco (PINTO, 1980, p. 4).

Em um espaço ocupado no Diário da Manhã, o deputado estadual de Santa Catarina Ernesto de Marco, por meio de uma publicação, utiliza-se do jornal para analisar problemas da pecuária de catarinense. Na reportagem, o representante catarinense traz a público as queixas dos pecuaristas de Santa Catarina devido à falta de crédito e ao alto preço nos insumos. É dado destaque que o fato desmente na prática a tão propagada política de facilidade de acesso a insumos e crédito rural que até então era divulgada pelo Governo, mas que é possibilitada apenas para uma minoria dos produtores (DEPUTADO, 1979, p. 01).

Em uma notícia publicada no mesmo ano, o deputado De Marco dá sequência em questões que rodeiam os problemas na agricultura e destaca o mau uso da terra como principal motivo de destruição de grandes espaços de áreas cultiváveis no oeste de Santa Catarina. Como forma de resolver o problema, propôs uma política voltada para a diversificação de culturas no campo, associando a agricultura com a pecuária, permitindo, assim, o adubamento do solo. Nesse sentido, destacou a importância da assistência técnica permanente como única forma de preservar a terra para futuras gerações. O deputado ressalta ser importante a abertura do leque para os pequenos agricultores, os quais respondem por 70% da produção nacional de alimentos essenciais ao abastecimento interno (SEGUNDA, 1979, p. 01).

Vale ressaltar entre alguns aspectos citados pelo deputado que, no projeto de desenvolvimento brasileiro, não se concentrava a preocupação na poupança dos solos, da água e muito menos das florestas. Mesmo que em nível mundial debatia-se sobre as questões ambientais, dentro dos governos brasileiros não se refletia e não havia a preocupação com a temática ambiental (FORNECK; KLUG, 2015, p. 86).

Isso só passa a acontecer anos mais tarde. Centrando o foco para as preocupações ambientais, encontramos dentro do período estudado algumas menções em jornais que se

voltam para a temática ambiental. No jornal Diário da Manhã, a administração desataca a necessidade de formação de uma opinião pública consciente da necessidade de preservação das riquezas naturais. Essa campanha mobilizará oitenta pessoas, entre elas universitários, agrônomos, extensionistas da ACARESC e funcionários da prefeitura municipal (CAMPANHA, 1979, p. 04).

No entanto, essas iniciativas ocorreram anos mais tarde, levando em consideração que algumas das políticas adotadas para o desenvolvimento da região oeste Catarinense não tiveram uma resposta positiva. Citamos notícias da década de 1960, as quais buscavam incentivar a produção de soja, mas, em contraponto, esse processo trouxe consequências sociais como a precarização de pequenos produtores, posseiros e muitos trabalhadores agrícolas que não tiveram acesso a essas tecnologias, sendo que, nessa região, a agricultura era formada por pequenos produtores na sua maioria, por isso não se obteve os resultados esperados.

Já na década posterior, em fins de 1979, são adotadas outras técnicas para introduzir os pequenos agricultores no desenvolvimento desejado pelo governo. No oeste de Santa Catarina, levando em consideração que, em sua maioria, a região era composta por pequenos agricultores, teve início uma iniciativa que partiu da administração Sander-Bertaso¹⁷ no município de Chapecó. Tratava-se de uma “Patrulha Agrícola Mecanizada”, que tinha por objetivo desenvolver toda uma ação de trabalho e apoio aos pequenos proprietários rurais. Os reflexos advindos dessa iniciativa surtiram efeitos imediatos em todos os aspectos econômicos-sociais, representando um decisivo incremento à produtividade dos pequenos e micro plantadores. As máquinas e os equipamentos foram adquiridos pela Campanha de Desenvolvimento de Chapecó, e posteriormente deveria expandir-se para Santa Catarina e o Brasil. Entre algumas, citam-se: tratores de pneus, com motor a diesel equipado com sistema de levante hidráulico, para tracionar rolo compressor, distribuidores de calcário, arados de disco, grades niveladoras, grades arados de controle remoto, subsoladores, traçadores hidráulicos, equipamentos com cabines florestais, retroescavadeiras, motoniveladora, rolo compactador vibratório, trator escavo-carregador, camionetes com toldo (SEGUNDA, 1979, p. 01).

Levando em conta o projeto inovador proposto por Milton Sander e Bertaso, no seu primeiro ano, a estimativa era atender apenas 3% do total de terras aráveis pela capacidade de abrangência da Patrulha Agrícola Mecanizada. Entretanto, a publicação da matéria em 1979 ocorreu quase uma década após as primeiras notícias de incentivo ao cultivo de soja. Podemos

¹⁷ Milton Sander governou o município de Chapecó de 1977 à 1983.

perceber, assim, que, na região oeste catarinense, a introdução da Patrulha Agrícola Mecanizada não se deu de forma efetiva por não alcançar a grande maioria dos agricultores que se encaixavam como pequenos produtores. Por isso, estes não conseguiram ampliar sua produtividade com a introdução de maquinários e insumos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de introdução e de produção da sojicultura no oeste catarinense coincide com o período da Grande Aceleração. Pádua (2015) define a Grande Aceleração como a fase com enorme expansão quantitativa da produção e do consumo. Seria uma fase no Antropoceno, que começa por volta de 1945 no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, momento no qual as atividades antrópicas afetam de forma significativa o planeta Terra. A introdução da cultura

da soja na região analisada insere-se nesse contexto, à medida que, a partir do cultivo da mesma, nota-se a introdução de insumos, maquinários e principalmente um forte impacto no meio natural.

Com a chegada dos europeus e seus descendentes na região, irão se alterar os modos de vida de populações que já habitavam esse local, sendo indígenas e caboclos, que não se adequam aos projetos econômicos desejados para a região. A partir disso, a terra ganha novo significado, desenvolvendo-se o que Bublitz (2008) define como desmatamento civilizador. Foi possível analisar que, entre os discursos disseminados pelo estado, demonstrava-se uma preocupação e um interesse em mudar a realidade da região, garantindo a posse e integração definitiva do território com o restante do país.

Conjuntamente com os discursos de preocupação que envolviam a ocupação definitiva do território e as mudanças de práticas agrícolas, havia o discurso de oferta de infraestrutura, com a abertura de estradas e incentivos à produção, a fim de atrair para a região colonizadores que desenvolvessem uma base agrícola. Posteriormente, esses incentivos iniciais se juntarão com uma série de incentivos para locais de armazenamento, fornecimento de crédito, enfim, propiciarão à região o estabelecimento de um mercado regular de produtos agrícolas. Notamos, então, que o oeste de Santa Catarina desenvolveu uma agricultura voltada para a produção de excedentes. A soja destaca-se como produto adequado para atender às necessidades do mercado, levando em consideração que as lavouras de trigo, nesse ponto, estavam perdendo incentivos do governo, possibilitando a substituição pela cultura da soja.

Analisamos, então, que a modernização da agricultura alterou as relações entre o agricultor e a forma de produzir, entretanto, isso se dará para poucos produtores; os caminhos que se destinavam para o monocultivo viabilizaram propriedades rurais de grande e médio porte. O desenvolvimento da agricultura será de suma importância para a região em aspectos que tratam da acumulação de capital e do alcance do desenvolvimento desejado, sendo que a soja insere-se perfeitamente nesse contexto, ocupando muitas vezes um papel central. Também podemos ponderar como as modificações ambientais são reflexo da modernização promovida pela Grande Aceleração. Para tanto, é importante a análise realizada no primeiro capítulo, a fim de compreender o processo de modificação da paisagem da região oeste catarinense. A agroindústria será o setor responsável pelo estabelecimento de novas formas de cultivo, de influenciar no aumento das áreas de produção, introduzindo novas sementes e espécies de animais e, conseqüentemente, aumentando o impacto ambiental. No setor agroindustrial, a soja pode ser considerada como marco fundamental no processo de desenvolvimento do Brasil,

como destacado ao longo desta pesquisa, sendo que alguns autores colocam a sojicultura como o divisor entre a agricultura de subsistência e a agricultura empresarial.

Quando analisamos os jornais que circularam na região no período de 1960 a 1980 e o que procuram disseminar sobre a soja, podemos considerar um número baixo de matérias, levando em conta que o período analisado corresponde a duas décadas. Entretanto, na década de 1960, é possível considerar que, em sua maioria, os jornais abordam iniciativas ao cultivo da soja, como melhorar os rendimentos e a produtividade nas lavouras. Isso muitas vezes era feito por meio das lavouras demonstrativas. Nesse sentido, ao notar que os jornais trazem, anos depois, os índices de alto rendimento e lucratividade com a soja, podemos concluir que, por mais que as notícias iniciais fossem poucas, a informação chegava até os agricultores. Os jornais poderiam ser apenas mais uma forma de fazer chegar a notícia, já que havia outros meios de comunicação, como o rádio, a televisão, folhetos, revistas ou boletins informativos.

É importante ressaltar também que entre 1960 e 1980 os jornais não tinham circulação diária. O primeiro jornal com circulação diária será o jornal Diário da Manhã, como citado no Capítulo 3 desta dissertação. Sendo assim, por mais que as notícias sobre a soja fossem poucas, vale ressaltar que, entre um meio de divulgação, era necessário selecionar manchetes que abrangiam de forma geral o estado catarinense, e, nesse sentido, a imprensa selecionava, mesmo que sendo poucas, matérias que davam destaque para a temática da sojicultura.

Por isso, precisamos levar em consideração que, quando esses jornais apresentavam reportagens sobre a produção da soja ou como esta poderia ser mais rentável e lucrativa, comparada a outras culturas, estes expandiam interesses de determinados grupos que patrocinavam a imprensa. O objetivo foi construir uma opinião que legitimava a difusão da sojicultura como a cultura agrícola adequada para a modernização do ambiente rural e do país. Sendo assim, quando analisamos os jornais do início dos anos 1960, em sua maioria verificamos uma grande quantidade de reportagens que buscavam incentivar ou representar a soja como a cultura adequada para inserir-se nos moldes de um novo modelo agrícola.

Em contraponto, em 1980, ocorre um declínio nos incentivos ao cultivo, e as reportagens deixam de focalizar a soja. Se antes os jornais abordaram a importância do cultivo da soja e de métodos de incentivos utilizados pelo governo para melhorar a produtividade e os rendimentos, nas décadas seguintes, os informes abordam outros assuntos, e notícias como “agricultores se dizem enganados pelo governo” e “tabelamento no farelo de soja gera crise” tomam destaque.

É possível dizer que a introdução da sojicultura em termos regionais alterou o cenário da produção agrícola, bem como a forma de produção. Nesse sentido, nota-se que esse processo

integra-se ao debate da Grande Aceleração, fazendo parte da história das mudanças nas formas de interação entre componentes humanos e não humanos, marcando uma nova dinâmica de uso das terras. A soja trouxe consigo novos incentivos para os produtores, a mudança no uso da terra, as transformações no meio natural, a inserção de novas práticas de cultivo e de utilização de maquinários e insumos, elementos que alavancaram as atividades econômicas, ao passo que também impactaram fortemente a paisagem e o ambiente da região.

REFERÊNCIAS

ACARESC, fala de agropecuária no Dia do Colono. **Folha d'Oeste**. Diretor Homero Franco. Chapecó, 26 de julho de 1969, ano VI, n. 208, p. 1.

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da história. **Anais do X Encontro Estadual de História**. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. Santa Maria: UFSM, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh->

rs.org.br/resources/anais/9/1279234975_ARQUIVO_artigoimprensaanpuhrs[1].pdf. Acesso em: 23 out. 2022.

ANCHIETA: 53 Sacos de Soja por Hectare. **Folha d'Oeste Rural**. Chapecó, 10 de julho de 1971, ano I, n. 17, p. 2.

ANDRIOLI, Marina. Construindo o Celeiro Catarinense: política e modernização agrícola durante a ditadura civil-militar. *In*: NODARI, E. S.; MORETTO, S. P.; SÁ, D. N de; MINUZZI, J. D. (Orgs). **História ambiental em rede: novos temas e abordagens**. Passo Fundo: Acervus, 2022. p. 83-103,

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, n. 103, p. 13-24, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99279>. Acesso em: 23 abr. 2022.

BELLANI, Eli Maria. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai**: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950). 1991. 308 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1991. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/75716>. Acesso em: 25 maio 2022.

BELL, Stephen. Abrindo trilhas rumo à história ambiental brasileira: uma viagem pela geografia histórica. *In*: FRANCO, José Luiz de Andrade.; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto, TAVARES, Giovana Galvão. **História Ambiental territórios, fronteiras e biodiversidade**. V. 2. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 69-89. Disponível em: http://www.garamond.com.br/produto/historia_ambiental2.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Ambiente & Sociedade**, vol. XI, n. 2, p. 323-340, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/g5Fg8CCPMxqTtfL9cT6jhKF/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929-1989**: a revolução francesa da historiografia. 2. Ed. Tradução, Nilo Odalia. São Paulo: Editora UNESP, 2010. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/1/101>. Acesso em: 23 out. 2022.

CAMPANHA de conscientização em defesa da ecologia. **Diário da Manhã**. Chapecó, 02 de novembro de 1979, p. 04.

CARBONERA, Mirian et al. (Orgs). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. Chapecó, SC: Argos, 2017. 551 p.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Traduzido por Cláudia Sant'Anna Martins. 1 ed. São Paulo: Gaia, 2010. 327 p.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta**: A História da devastação da Floresta com Araucária e a Souther Brazil Lumber Ad Coloizatio (1870-1970). Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93507>. Acesso em: 14 set. 2022.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Ruben Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.75-91, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/4nB7F644MX4BFJvdHfgrfnc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2022.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.

COELHO, Carlos Nayro. 70 anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, 2001. 58 p. Disponível em:

<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/237>. Acesso em: 29 out. 2022.

COMO aumentar seus lucros na colheita de soja. **Extremo Oeste**. São Miguel do Oeste, 11 de maio de 1979, ano I, n. 2, p. 4.

CONCEIÇÃO, Octávio Augusto C. A expansão da soja no Rio Grande do Sul 1950-75. **Secretária de coordenação e Planejamento Fundação de Economia e Estatística**. 1986. 108 p.

CORAZZA, G. Fronteira Sul: traços da formação econômica. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 298-318. Disponível em:

<https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/editora-uffs/historia-da-fronteira-sul>. Acesso em: 23 out. 2022.

COSTA, Arthur Ferreira da. O Oeste Catharinense - visões e sugestões de um excursionista. In: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (Org). **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005. p. 19-81.

CULTURA da soja vai ser estimulada pelo Govêrno. **Folha d’Oeste**. Diretores Homero Franco e Gabriel Dezen. Chapecó, 8 de fevereiro de 1969, ano V, n. 184, p. 5.

CUNHA, Diego da Silva et al. Soja para consumo humano: breve abordagem. **Agrarian Academy**, v. 2, n. 03, p. 102-113, 2015. Disponível em:

<http://www.conhecer.org.br/Agrarian%20Academy/2015a/soja%20para%20consumo.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para Uma História dos índios do Oeste catarinense.

Cadernos do CEOM, n. 23, p. 265-343, 2014. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/2106/1196>. Acesso em: 23 out. 2022.

DEPUTADO de Marco analisa problemas da agricultura. **Diário da manhã**, 1º de novembro de 1979, p. 01.

DINHEIRO para melhorar sementes. **Folha d’Oeste Rural**. Chapecó, 31 de julho de 1971, ano I, n. 18, p. 1.

- DRUMMOND, José Augusto. A História: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos históricos**, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319>. Acesso em: 21 out. 2022.
- FLORES, Maria Bernardes; SERPA, Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, religião e brasilidade na viagem do governador ao oeste de Santa Catarina. **Proj. História**, São Paulo, n.18, p. 215-235, 1999. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10996>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- FORNECK, Elisandra; KLUG, João. A difusão dos agrotóxicos como tecnologia benéfica ao agricultor: o papel das cooperativas agropecuárias. **Fronteiras Revista Catarinense de História**, n. 27, p. 84-110, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/FRCH/article/view/8044>. Acesso em: 14 out. 2022.
- FORNECK, Elisandra; LUBENOW, Aline Maisa. Cooperativismo, modernização agrícola e desenvolvimento econômico no oeste catarinense. In: CARBONERA, M. et al. (Ed.). **Chapecó 100 anos história plurais**. Chapecó: Argos, 2017. p. 315 – 356.
- GROSSELLI, Renzo. M. **Vencer ou morrer**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileira. Florianópolis: UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina, 1987.
- GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da erva-mate**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107480/318857.pdf?sequence=1>. Acesso: 14 out. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Fotos cidade. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/campo-ere/historico>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- KLANOVICZ, Jo; MORES, Lucas. A sojização da agricultura moderna no Paraná, Brasil: Uma questão de história ambiental. **Fronteiras: Journal of social, technological and environmental Science**, vol. 6, p. 240-263, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/2214>. Acesso em: 30 out. 2022.
- KLANOVICZ, Jo; MORES, Lucas. Controle da natureza e modificação da paisagem: para uma análise das práticas agrícolas da sojicultura no Paraná, Brasil, por meio da imprensa entre os anos 1970 e 1980. **Diálogos**, vol. 18, p. 179-201, 2014.
- KLANOVICZ, Jo. Apontamentos para uma história ambiental de monoculturas modernas no sul do Brasil. Hüb, **Revista de história ibero-americana**. Vol. 7, n. 2, 2014.
- KLEIN, Roberto Miguel. **Mata fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Itajaí, 1978.
- KLEIN, Roberto Miguel. Árvores nativas da floresta subtropical do Alto Uruguai. **Sellowia**. Itajaí: Anais Botânicos do Herbário Barbosa Rodrigues, n. 24, p. 9-62, 1972.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade

Federal de Santa Catarina, 1997. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77069>. Acesso em: 14 jul. 2022.

LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSKY, C. B. (Org). **Fontes Históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-154. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-do-estado-de-santa-catarina/historia-da-imprensa/luca-tania-regina-de-historia-dos-nos-e-por-meio-dos-periodicos-fontes-impressas-in-fontes-historicas/6172698>. Acesso em: 14 jul. 2022.

LUCA, Tania Regina. **Práticas de pesquisa em História**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MARCON, Telmo. **Memória, história e cultura**. Chapecó, SC: Argos, 2003.

MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários italianos na floresta do Brasil**. Florianópolis: UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina, 1985. 200 p.

MENDONÇA, Sonia Regina. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1945). **História econômica & história de empresas**, vol. 16 n. 1, p. 73-100, 2013. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/286>. Acesso em: 22 ago. 2022.

MCNEILL, J.; ENGELKE, P. **The Great Acceleration**. An environmental history of the Anthropocene since 1945. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2016.

MORETTO, Samira Peruchi. **A domesticação e a disseminação da feijoa (*Acca sellowiana*) do século XIX ao século XXI**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/128651>. Acesso em: 14 ago. 2022.

MURARO, Valmir Francisco. Sobre fronteiras e colonização. *In:* RADIN, J. C; VALENTINI, D. J; ZARTH, P. A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre, RS: Letra & Vida, 2015. p. 167-189.

ONGHERO, André Luiz; CARBONERA, Mirian. O contexto histórico e educacional do Oeste Catarinense. *In:* CARBONERA, M. et al. (Orgs). **A Fundeste e o Ensino Superior no Oeste Catarinense**. Chapecó, SC: Argos, p. 25-39, 2020.

PÁDUA, José Augusto. **Vivendo no Antropoceno: Incertezas, riscos e oportunidades**. Museu do Amanhã. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, p. 69-73, 2015. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/livro/10-vivendo-no-antropoceno.html>. Acesso em: 14 set. 2022.

PELUSO JUNIOR, V. A. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC, 1991. 284 p.

PINTO, Dyogenes A. Martins. Contra o produtor. **Diário da Manhã**. Chapecó, 9 de julho de 1980, ano I, n. 189, p. 04.

PINTO, Dyogenes A. Martins. **Diário da Manhã**. Chapecó, 07 de outubro de 1979, p. 04.

PIOVEZANA, Leonel.; FACCO, Jo; ONGHERO, André Luiz. Indígenas em Chapecó: resistência centenária. *In*: CARBONERA, Mirian et al. (Orgs). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó, SC: Argos, p. 159-181, 2017.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, n. 23, p. 149-187, 2006. Disponível em: <https://docplayer.com.br/18818892-Caboclo-pioneirismo-e-marginalizacao.html>. Acesso em: 18 out. 2022.

POLI, Odilon Luiz. Camponeses no Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM**, n. 14, p. 12-79, 2001. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1979>. Acesso em: 17 out. 2022.

PROJETO CHAPECOENSE DE DESENVOLVIMENTO. Chapecó, SC, 1973. Disponível no acervo do Fronteiras, Laboratório de História Ambiental da UFFS-Chapecó.

PRODUTORES se dizem enganados pelo governo. **Diário da Manhã**. Chapecó, 11 de abril de 1980, ano I, n. 129, p. 6.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício da nação brasileira no oeste catarinense**. 2. Ed. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene; SILVANA. Winckler. Formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina – uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional. **Território, migração e diversidade**, v. 31, n. 49, p. 10-22, 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/4402/2580>. Acesso em: 15 set. 2022.

RADIN, José Carlos.; SILVA, Claiton Marcio da. ‘Um vasto celeiro’: representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916-1950). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 681-697, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/4VTQ84KkZxQCFRnHxQbNgYz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

RADIN, José Carlos; VICENZI, Renilda. Cooperativismo, modernização agrícola e desenvolvimento econômico no oeste catarinense. *In*: CARBONERA, Mirian. et al. (Ed.). **Chapecó 100 anos história plurais**. Chapecó: Argos, 2017. p. 59-107.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: A inovação em História**. São Paulo. 2 ed. Editora Paz e Terra. 2000.

ROHR, J. A. Os sítios arqueológicos do Município de Itapiranga. **Pesquisas, Antropologia**, n. 15, p. 21-60, 1966.

ROJAS, Diana Alejandra Méndez. Notas para una historia transnacional de la revolución verde. **Cuadernos Americanos**, n. 162, p. 137-164, 2017. Disponível em: <http://www.cialc.unam.mx/cuadamer/textos/ca162-137.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

SALINI, Ademir Miguel. **Colonização e meio ambiente: A transformação da paisagem do Oeste Catarinense (1930-1970)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2529>. Acesso em: 19 set. 2022.

SALINI, Ademir Miguel; CARBONERA, Mirian. Colonização e as transformações da paisagem no Oeste Catarinense na primeira metade do século XX. **Revista de Antropología del Museo de Entre Ríos**, n. 3 (2), p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://ramer.ar/revista/index.php/ramer/article/view/59>. Acesso em: 19 out. 2022.

SALINI, Ademir; CARVALHO, M.; CARBONERA, Mirian. As consequências ambientais da colonização do oeste catarinense: alguns apontamentos. *In*: KMITTA, Ilyane do R.; ARAKAKI, S.; ZIMMERMANN, T. R. (Org.). **História Ambiental: configurações do humano e tesituras teórico-metodológicas**. Vitória: Editora Milfontes, 2020. p. 131-156.

SEGUNDA-feira serão abertas propostas para formação da “Patrulha Agrícola Mecanizada” de Chapecó. **Diário da Manhã**, 18 de novembro de 1979, p. 01.

SEVEGNANI, Lucia. Foco nas populações, ecossistemas e níveis superiores de organização. *In*: SEVEGNANI, Lucia; SCHROEDER, Edson. **Biodiversidade Catarinense: característica, potencialidades e ameaças**. Blumenau: Edifurb, 2013. p. 38. Disponível em: <https://educacao.massaranduba.org/wp-content/uploads/2020/06/biodiversidade-catarinense.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

SEVEGNANI, Lucia.; LAPS, R. R.; SCHROEDER, Edson. O Oeste. *In*: SEVEGNANI, Lucia; SCHROEDER, Edson. **Biodiversidade Catarinense: característica, potencialidades e ameaças**. Blumenau: Edifurb, 2013. p.173-196.

SEYFERTH. Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico**, v. 16, n 1, p. 31-63,1992. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6465>. Acesso em: 18 set. 2022.

SILVA, Claiton Marcio da. Modernização da agricultura e difusão dos clube 4-S no Oeste Catarinense (1970-75). **Cadernos do CEOM**, n 14. p. 63-79, 2001.

SILVA, Claiton Marcio da. **De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil**. Guarapuava, 2015.

SILVA, Claiton Marcio da; BRANDT, M.; MORETTO, S. P. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. *In*: CARBONERA, M. et al. (Ed.). **Chapecó 100 anos: história plurais**. Chapecó: Argos, 2017. p. 181-215.

SILVA, Claiton Marcio da; BRANDT, M.; CARVALHO, M. M. X. de. Uma história ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agroecossistemas. *In*: RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (Orgs). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida – Universidade Federal da Fronteira Sul, p. 271-297, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marlon-Brandt-2/publication/280204416_Uma_historia_ambiental_da_Fronteira_Sul_campos_florestas_e_a

groecosistemas/links/57e5658508aed7fe46631c9b/Uma-historia-ambiental-da-Fronteira-Sul-campos-florestas-e-agroecosistemas.pdf. Acesso em: 29 out. 2022.

SOJA começa a ter importância. **Folha d'Oeste**. Diretor Homero Franco. Chapecó, 13 de setembro de 1969, ano VI, n. 214, p. 2.

SOUZA, Paulo Marcelo de; LIMA, João Eustáquio de. Intensidade e dinâmica da modernização agrícola no Brasil e nas unidades da Federação. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 795-824, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/wwd3SZVkyGpnYKGQRRkgKmt/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2022.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. 328 p.

TESTA, Wilson Marcos et al. **O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense: (proposta para discussão)**. 1 ed. Florianópolis: EPAGRI- Chapecó, 1996. 247 p.

UM esforço para tecnificar o pequeno. **Revista Agropecuária Catarinense**, junho de 1988.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, n.2, p. 159-223, 1949.

WORSTER, Donald. Para fazer uma História Ambiental. **Estudos Históricos**, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324>. Acesso em: 12 set. 2022.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**, n. 2, p. 23-44, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/ygCBYvtmDL4vF59M98DhfnN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2022.